

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DOAR X DFC: UM ESTUDO DAS ALTERAÇÕES PROVOCADAS
PELA LEI 11.638/07**

**Autora: Eliane Paula Oliveira
Orientadora: Prof^a Ms Cleiva Schaurich Mativi**

**JUINA/MT
2010**

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DOAR X DFC: UM ESTUDO DAS ALTERAÇÕES PROVOCADAS
PELA LEI 11.638/07**

**Autora: Eliane Paula Oliveira
Orientadora: Prof^a Ms Cleiva Schaurich Mativi**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**JUÍNA/MT
2010**

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Marta Ivana Vacari Botteselle

Membro

Prof. Esp. Heloisa dos Santos

Membro

Prof. Ms. Cleiva Schaurich Mativi

Orientadora

Aos meus pais Edite e Izaias pelos incentivos e apoio que sempre me proporcionaram, por terem me mostrado o caminho certo a seguir e a ter honestidade, por serem os melhores pais do mundo e a fonte de tudo da minha vida, aos meus irmãos Elisangela, Fernando e Elton com muito amor, ao meu namorado Helio pelo carinho, paciência e compreensão. Este sonho só foi concretizado porque tive os incentivos e apoio das pessoas mais especiais da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a cada vitória o meu reconhecimento a Deus, pelo dom da vida e por me proporcionar forças nos momentos de dificuldades e superações, pois sem ele nada seria possível, obrigado meu Deus pelo fim de mais essa etapa.

Agradeço a minha família, que com muito amor e carinho sempre acreditaram na minha capacidade e vontade de vencer na vida, pois por sempre me apoiarem e me proporcionarem força que nunca desisti de meus sonhos e objetivos, pela paciência e compreensão da minha ausência em momentos importantes durante esta jornada de estudos.

Ao meu namorado pelo carinho, amor e compreensão nas minhas ausências, pelas palavras de apoio e incentivos na hora que mais precisei.

Aos meus colegas da faculdade pelos anos de convivência e trocas de experiências, em especial a Aparecida, Roseli e Eder com um imenso carinho e admiração.

Em especial a minha orientadora professora mestre Cleiva, pela dedicação e paciência durante a realização deste trabalho, a todos os professores que direta ou indiretamente fizeram parte de meus estudos durante este período.

As minhas colegas de trabalho que acompanharam esta jornada e que por muitas vezes me ouviram reclamando pelo sofrimento para vencer mais esta etapa tão importante da minha vida.

Ao Comércio de Materiais de Construção SHM Ltda., pelo apoio, incentivos e compreensão da minha ausência nos momentos que precisei.

Claro que não podendo esquecer de todas as pessoas que me ajudaram e me apoiaram direta ou indiretamente e que sempre acreditou no meu potencial, pelas palavras de conforto nas horas mais difíceis e sempre dizendo que iria conseguir vencer.

Fica aqui o meu muito obrigado a todos que fazem parte da minha vida!

Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muitos bons;
Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis.

Bertold Brecht

RESUMO

O presente trabalho pretende evidenciar as alterações provocadas pela lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, quanto à substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa é evidenciar as alterações resultantes da substituição da DOAR pela DFC a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, verificou-se que realmente a DFC, em desfavor a DOAR, possui um melhor sistema de comunicação com seus usuários, mais fácil de ser interpretada, pelo fato de tratar fundamentalmente do caixa (entradas e saídas), sendo organizado em grupos de atividades operacionais, financiamentos e investimentos, fornecendo assim informações importantes para a gestão de negócios financeira de curto prazo. Dentro das fundamentais vantagens da DFC é que ela proporciona um conceito mais determinado, crítico em qualquer empresa e indispensável no curto prazo, se tratando da DOAR ela proporciona conhecimento das políticas de inversões permanentes da empresa e fontes dos recursos correspondentes e a sua serventia no planejamento para o longo prazo. Concluindo tanto a DOAR quanto a DFC tem papeis importantes no contexto da contabilidade para os usuários de informações financeiras, pois ambas tem características próprias, portanto fornece aos usuários em estágios diferentes de informações, para fins administrativos o mais viável é a utilização das duas demonstrações para o processo decisório mais eficiente.

Palavras-chave: Demonstração. Fluxo de Caixa. Origens. Aplicações. Recursos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Técnicos
CRCSC	Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DC`	Demonstrações contábeis
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FIPECAF	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS	International Financial Reporting Standards
MP	Medida Provisória
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
PL	Patrimônio Líquido

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Aumento e redução do CCL	40
Quadro 2: Demonstrativo DOAR	42
Quadro 3: Comparativo DOAR x DFC.....	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.3 HIPÓTESES.....	13
1.4 OBJETIVOS	14
1.4.1 Objetivo geral	14
1.4.2 Objetivos Específicos	14
1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	15
1.6 JUSTIFICATIVA	15
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 A CONTABILIDADE E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (DC').....	18
2.1.1 Objetivo das Demonstrações Contábeis (DC')	26
2.2 Regime de Competência e Regime de Caixa.	27
2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR)	29
2.3.1 Fundamentação legal.....	31
2.3.2 Objetivos da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos (DOAR)	32
2.3.3 Usuários da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)	33
2.3.4 Benefícios da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).	34
2.3.5 Definições da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)	35
2.3.5.1 Definição das Origens de Recursos	35
2.3.5.2 Definição das Aplicações de Recursos	36
2.3.5.3 Capital Circulante Líquido (CCL)	37
2.3.6 Apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)	37
2.3.6.1 Origens dos Recursos	38

2.3.6.2 Aplicações dos Recursos	38
2.3.6.3 Aumento ou redução no Capital Circulante Líquido	39
2.3.6.4 Saldo Inicial e Final do Capital Circulante Líquido e Variação	40
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)	42
2.4.1 Fundamentação legal.....	44
2.4.2 Objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	46
2.4.3 Usuários da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	47
2.4.4 Benefícios da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	47
2.4.5 Definições da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	49
2.4.5.1 Caixa	49
2.4.5.2 Equivalentes de caixa.....	50
2.4.5.3 Fluxos de caixa	51
2.4.5.4 Atividades operacionais.....	51
2.4.5.5 Atividades de investimentos	53
2.4.5.6 Atividades de financiamento.....	53
2.4.6 Apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).	54
3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	57
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	57
3.2 SELEÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	58
3.3 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS	58
3.3.1 Análise de Conteúdo.....	59
3.4 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	59
3.5. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES.....	59
4 ANALISE DE DADOS.....	60
4.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC).....	60
4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR)	61
4.3 LEI Nº 11.638/07 E A RESOLUÇÃO CVM 469/08	61
4.4 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA DOAR E DFC.	63
4.4.1 Vantagens da DOAR.....	63
4.4.2 Desvantagens da DOAR.	63
4.4.3 Vantagens da DFC.....	64
4.4.4 Desvantagens da DFC.....	64
4.5 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS DA DOAR E DFC.	65
CONCLUSÃO	68

REFERÊNCIAS.....70
ANEXOS76

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

No mundo atual que vivemos hoje deve se evidenciar a importância dessas transformações ocorridas em quase todos os segmentos, com a introdução da lei nº 11.638/07 deixa de exigir a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e passando a obrigatoriedade da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), e com isso vem sendo adotada em vários outros países e também sendo discutida no Brasil sobre as melhorias das Demonstrações Contábeis, a DOAR mostra as mudanças financeiras ocorridas na empresa em relação a financiamentos e investimentos de uma forma bem resumida, já a DFC trouxe uma boa interpretação e sendo útil nas tomadas de decisões da empresa.

Para uma empresa é de suma importância ter um relatório onde proporciona claramente qual a situação financeira de sua entidade, com isso precisa-se de uma Demonstração que evidencie todas essas informações com um fácil entendimento de como se encontra suas entradas e saídas, que com certeza facilitara em suas tomadas de decisões, tanto de imediata quanto a futuras surpresas e devendo estar se precavendo de eventuais problemas futuros com mais segurança. Para isto é preciso que ele esteja preparado e se precavendo diante a utilização dessas Demonstrações.

Salienta Silva (2007, p. 48) que:

Embora a DOAR seja rica em termos de informação, os conceitos nela contidos, como, por exemplo, as variações do capital circulante líquido, não são facilmente compreendidos, ao contrário da DFC, que, por utilizar linguagem e conceitos mais simples, possibilita um melhor entendimento para os usuários das demonstrações contábeis.

Esta pesquisa tem a finalidade de discorrer quais foram as alterações provocadas pela lei nº 11.638/07, para isto será apresentado como eram as demonstrações contábeis antes com a lei 6.404,76 e como ficou após a lei 11.638/07. O interesse de se fazer uma pesquisa voltada a essas alterações ocorridas na lei em relação às Demonstrações Contábeis DOAR e DFC é de ter um

conhecimento mais profundo e também uma grande perspectiva de mostrar quais foram essas alterações e de conhecer mais a respeito de cada uma delas.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Gil (2009, p. 24 e 25) relata que: “O problema de pesquisa pode ser determinado por razões de ordem prática ou ordem intelectual. [...] Pode-se formular um problema cuja resposta seja importante para subsidiar determinada ação”.

Conforme Rudio (1986, p.94) cita que:

Formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade, com qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características.

Já para Cervo e Bervian (2002, p. 84): “Problema é uma questão que envolve intrinsecamente uma dificuldade teórica ou prática, para a qual se deve encontrar uma solução. A primeira etapa da pesquisa é a formulação do problema, que pode ser na forma de formulação de perguntas”.

Com a promulgação da lei nº 11.638/07 fez com que houvesse algumas alterações nas Análises das Demonstrações Contábeis da lei nº 6.404/76, como é o caso da DOAR que deixa de ser obrigatória e passando a ser obrigatória a DFC.

Quais foram às alterações resultantes da substituição da DOAR pela DFC?

1.3 HIPÓTESES

Gil (2009, p. 31) conceitua hipótese como: “[...] uma solução possível, mediante uma proposição, ou seja, uma expressão verbal suscetível de ser verdadeira ou falsa”.

Silva (2003, p. 54) nos relata que:

A hipótese não é a certeza da resposta da pesquisa, pois se assim o fosse não seria necessário realizar pesquisa. Contudo, faz-se necessário ter uma relação estreita entre o problema e hipótese(s) de pesquisa. As hipóteses são provisórias porque poderão ser confirmadas ou refutadas com o

desenvolvimento da pesquisa. Um mesmo problema pode ter diversas hipóteses, que são soluções possíveis para sua resolução.

H1 – A substituição da DOAR para a DFC trouxe grandes alterações para a elaboração das demonstrações contábeis.

H2 – A substituição da DOAR para a DFC não trouxe alterações significativas para a elaboração das demonstrações contábeis.

1.4 OBJETIVOS

Gil (2009, p. 41) comenta que: “[...] toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. Com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais”.

Conforme Marconi e Lakatos (1992, p. 102): “A especificação do objetivo de uma pesquisa responde às questões para quê? E para quem? Apresenta”.

1.4.1 Objetivo geral

Segundo Gil (2002, p.111), “os objetivos gerais são pontos de partida, indicam uma direção a seguir, mas, na maioria dos casos, não possibilitam que si parta a investigação”.

Segundo Marconi e Lakatos (1992, p. 102) “Está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das idéias estudadas. Vincula-se diretamente à própria significação de tese proposta pelo projeto”.

Evidenciar as alterações resultantes da substituição da DOAR pela DFC a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema.

1.4.2 Objetivos Específicos

Segundo Gil (2002, p.112), “os objetivos específicos tentam descrever, nos termos mais claros possíveis, exatamente o que será obtido num levantamento”.

De acordo com Marconi e Lakatos (1992, p. 102): “Apresentam caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicar este a situações particulares”.

- Informar qual o papel que a DFC e a DOAR representa para as tomadas de decisões.
- Levantar os pontos de mudança da lei nº 6.404/76 para a lei nº 11.638/07.
- Demonstrar a DOAR e a DFC, antes com a lei 6.404/76 e depois com a lei 11.638/07.
- Apresentar quais foram as mudanças da DOAR para a DFC.
- Evidenciar os possíveis impactos do uso dos dois demonstrativos (DOAR e DFC) no processo de tomada de decisão.

1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA

De acordo com Marconi e Lakatos (1992, p. 102) a delimitação do tema é:

Dotado necessariamente de um sujeito e de um objeto, o tema passa por um processo de especialização, [...] O processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a limitação geográfica e espacial do mesmo, com vistas na realização da pesquisa. Muitas vezes as verbas disponíveis determinam uma limitação maior do que o desejado pelo coordenador, mas, se pretende um trabalho científico, é preferível o aprofundamento à extensão.

Este trabalho tem como objetivo verificar as alterações trazidas pela substituição da DOAR pela DFC de acordo com a Lei 11.638/07.

1.6 JUSTIFICATIVA

Marconi e Lakatos (1992, p. 103) salientam que a justificativa:

É o único item do projeto que apresenta respostas à questão por quê? De suma importância, geralmente é o elemento que contribui mais diretamente na aceitação da pesquisa pela(s) pessoa(s) ou entidade(s) que vai(ão) financiá-la. Consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa. [...] A justificativa difere da revisão da bibliografia e, por este motivo, não apresenta citações de outros autores. Difere, também da teoria de base, que vai servir de elemento unificador entre o concreto da pesquisa e o conhecimento teórico da ciência na qual se insere. Portanto, quando se trata de analisar as razões de ordem teórica ou se referir ao estágio de desenvolvimento da teoria, não se pretende explicar o referencial teórico que se irá adotar, mas apenas ressaltar a importância da pesquisa no campo da teoria.

DOAR X DFC, DOAR mostra as mudanças financeiras ocorridas na empresa de forma bem resumida em relação a financiamentos e investimentos da empresa fazendo com que há muitas às dificuldades de interpretá-la.

A DFC vem sendo adotada em vários outros países e também sendo discutida no Brasil principalmente quanto às melhorias das demonstrações contábeis, sendo útil nas tomadas de decisões da empresa, pois a utilização deste método contribui para uma boa interpretação do que é realmente DFC, fazendo com que passasse a ser obrigatória após a promulgação da lei nº 11.638/07 para as sociedades de capital aberto com patrimônio líquido maior que dois milhões de Reais (R\$ 2.000.000,00) isso fez com que houvesse algumas alterações nas regras contábeis da lei nº 6.404/76.

Surge o interesse da acadêmica de verificar quais as alterações provocadas pela substituição dessas demonstrações uma vez que as mesmas são importantes ao processo de tomada de decisões de uma empresa, portanto, possuir um conhecimento mais profundo sobre quais foram às mudanças envolvendo a substituição da DOAR pela DFC e, também, uma grande perspectiva de mostrar o porquê da substituição e a alteração na lei, talvez para seguir uma tendência internacional, suprimindo as necessidades de analistas de mercado e investidores, procurando destacar quais os benefícios de cada uma e a sua importância, evidenciando as possíveis vantagens ou desvantagens da substituição da DOAR para a DFC.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho foi estruturado em 05 (cinco) sessões, sendo que na primeira sessão será apresentado de maneira bem resumida a Introdução, onde se divide em Contextualização, Problema de Pesquisa, Hipóteses, Objetivos Gerais e Específicos, Delimitação do Tema, Justificativa e por fim a Estrutura do Trabalho.

Na segunda sessão o Referencial Teórico, onde evidencia a contabilidade e as demonstrações contábeis o regime de competência e o regime de caixa, a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) e a demonstração do fluxo de caixa (DFC) evidenciando as fundamentações legais das mesmas, os objetivos, usuários, benefícios, definições, e as formas de apresentação.

Na terceira sessão a Metodologia da Pesquisa, onde apresentam os tipos e os métodos de pesquisa, as técnicas e os procedimentos que foram utilizados no trabalho.

Na quarta sessão a Análise dos Dados, onde foram obtidos através das pesquisas sobre o tema.

Na quinta sessão a Conclusão, onde responde o problema da pesquisa, as hipóteses e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CONTABILIDADE E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (DC')

A contabilidade é de suma importância para uma empresa, tem a função de instruir a parte administrativa com informações relevante, tanto interior quanto exterior, auxiliando assim seus usuários para as possíveis tomadas de decisões, através dela que evidenciamos todos os fenômenos ocorridos no patrimônio da empresa.

Marion (1998, p. 24), nos relata que:

A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa.

A contabilidade fornece informações importantes para o crescimento do patrimônio da entidade, ela estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio, através de seus registros, da classificação, da demonstração expositiva, da análise e da interpretação dos fatos ocorridos, assim podendo fornecer informações propicias aos seus gerenciadores para as tomadas de decisão.

Franco (1997, p. 21) conceitua a contabilidade como uma:

[...] ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, sua variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

A contabilidade tem o poder de controlar os fenômenos ocorridos no patrimônio de uma empresa, por meio do registro, da demonstração, da classificação, da análise e da representação dos fatos que se sucede, com ela pode-se conhecer o passado e o presente da vida econômica da empresa, com isso

possibilita e ajuda seus usuários a tomar decisões cabíveis para a empresa e assegurar o seu patrimônio.

Franco (2006, p. 19), Diz que a contabilidade:

Sua função é registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse patrimônio, para a tomada de decisões de seus administradores.

A contabilidade é a ciência social que tem por objetivo demonstrar os fenômenos ocorridos no patrimônio da entidade em um determinado período, apresenta um instrumento para gestão e controle das entidades e ainda representa uma sustentabilidade da democracia econômica, a contabilidade é um processo cujas metas são registrar, resumir, classificar e comunicar as informações financeiras ocorridas dentro e fora da entidade auxiliando assim seus usuários com informações úteis para a tomada de decisão. (SZUSTER, CARDOSO et al 2008, p. 17).

A contabilidade é uma peça fundamental para a entidade, com ela que se registram todas as entradas e saídas que ocorreu dentro e fora da entidade, depois colocado em forma de demonstrativos contábeis que são possíveis analisar os fatos ocorridos de uma forma geral, sendo essas demonstrações contábeis que serão comentadas no presente momento.

As demonstrações contábeis são definidas pelo IBRACON (norma e procedimento de contabilidade) NPC nº 27, que tem por finalidade delimitar a base de apresentação de demonstrações contábeis de uso universal, onde é divulgado como as demonstrações contábeis de uma forma geral devem ser exibidas.

Conforme o CRCSC (2004) nas demonstrações contábeis que se evidencia a:

[...] movimentação patrimonial e financeira de uma entidade econômica, bem como suas mutações. É a partir das demonstrações que se extrai todas as informações de gestão, administrativas econômicas e financeiras. Analisando-as, se verifica a capacidade da empresa para assumir financiamentos, e pode-se projetar a sua expansão.[...] As demonstrações contábeis devem ser apresentadas de acordo com a legislação vigente, atendendo aos Princípios Fundamentais da Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações contábeis são usadas pelos seus usuários para demonstrar as pessoas interessadas e a comunidade em geral como esta o patrimônio da entidade e possibilitando uma análise da posição econômica e financeira da entidade, com isto podendo estar se precavendo de eventuais situações indesejadas.

Segundo Braga (2003, p. 75) comenta que:

As demonstrações contábeis, também denominadas de demonstrações financeiras na legislação societária (Lei nº 6.404/76), são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, governo e a comunidade em geral. Têm, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação econômico-financeira.

As demonstrações contábeis são para ser analisadas as informações contidas em seus relatórios e tirar conclusões relevantes para a empresa.

Szuster, Cardoso et al (2008, p. 435) salienta que: “A análise das Demonstrações Contábeis corresponde à interpretação das informações evidenciadas nos relatórios contábeis”.

As demonstrações contábeis de uma forma geral são para orientar seus usuários de como esta a situação da entidade através de seus relatórios e poder tomar decisões que não a prejudique.

Serão apresentadas as demonstrações contábeis utilizadas pelas entidades, como determina a legislação societária que, ao final de cada exercício social, a administração da empresa faça ordenar, com base em sua escrituração, demonstrações contábeis, que deverão revelar com transparência a situação do patrimônio da empresa e as mutações ocorridas no exercício, sendo as demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração do Valor Adicionado; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é uma demonstração que visa evidenciar e registrar os fatos ocorridos em um determinado período da posição patrimonial e financeira da entidade, podendo verificar o passado e o futuro da entidade.

Segundo Ribeiro (2009, p. 392) comenta que o: “Balanço Patrimonial é a demonstração financeira (contábil) destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da empresa”.

O Balanço Patrimonial é demonstrado por um grupo de contas, facilitando assim a análise da situação da empresa, contém em seu relatório todos os bens e direitos, as obrigações e o patrimônio líquido da empresa num determinado período.

Conforme Iudícibus e Marion (2006, p. 185) Diz que:

O Balanço Patrimonial é a peça contábil que retrata a posição das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período terem sido feitos, após todos os provisionamentos (depreciação, devedores duvidosos etc.) e ajustes, bem como após o encerramento das contas de Receita e Despesa também terem sido executados.

O Balanço Patrimonial registra em seus relatórios todos os fatos ocorridos em um determinado período da empresa em relação à posição patrimonial e financeira.

- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), sua elaboração é facultativa, pois sendo obrigatória somente para as companhias abertas, se for elaborada estará dispensada a elaboração da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), portanto a empresa tem a opção de escolha pela DMPL, que contém a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, por isso torna-se dispensável a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), conforme o art. 186 parágrafo 2º da lei das S/A 6.404/76 que substitui a obrigatoriedade da DLPA.

Iudícibus e Marion (2006, p. 205) comenta que:

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, dada sua amplitude, abrange a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados. A Comissão de Valores Mobiliários, no Brasil, exige, para as companhias de Capital Aberto, a DMPL. [...] evidencia a movimentação, no período, de todas as contas do PL. Assim, todo acréscimo e/ou diminuição do PL são evidenciados através dessa demonstração, conta por conta principal, bem como a formação e utilização de reservas, inclusive as de lucro.

A DMPL é muito fácil de compreender e bem objetiva em relação às variações ocorridas em todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido (PL) em um determinado período e ainda contém em seu relatório a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), assim tornando sua elaboração dispensável.

Reis (2009, p. 126) diz que essa demonstração: “Tem por objetivo demonstrar as variações em cada uma das contas integrantes do grupo Patrimônio Líquido. Nessas condições, terá de englobar, inevitavelmente, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, tornando-a, pois, dispensável”.

Como visto a DMPL objetiva em demonstrar em um determinado período o patrimônio líquido da empresa.

- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício (DRE) além de apurar um resultado construtivo (receitas dominando as despesas) negativo (despesas dominando as receitas) ou igualmente (receitas e despesas), a demonstração do resultado do exercício (DRE) ainda demonstra em seu relatório de forma ordenada os fatores que influenciaram, comparando as receitas com as despesas ocorrida num determinado período.

Iudícibus e Marion (2006, p. 197) nos relatam que:

Esta é a principal demonstração de fluxos. Como visto, compara receitas com despesas do período, [...] apurando um resultado que pode ser positivo (receitas superando as despesas) negativo (despesas superando as receitas) ou nulo (igualdade entre receitas e despesas).

A demonstração do resultado do exercício é a responsável por apurar o lucro ou prejuízo líquido da entidade, demonstra de forma objetiva o valor a ser utilizado ao patrimônio líquido da entidade e assim podendo ser dividido entre seus acionistas ou sócios, além fornecer informações viáveis aos gerentes para uma análise da entidade e poder planejar um futuro sem riscos.

Conforme o FIPECAFI (2003, p. 31) afirma que:

[...] o lucro ou prejuízo líquido apurado nessa demonstração é que se pode chamar de lucro dos acionistas, pois além dos itens normais, já se deduzem como despesas o Imposto de Renda e as participações sobre os lucros a outros que não os acionistas, de forma que o lucro líquido demonstrado é o valor final a ser adicionado ao patrimônio líquido da empresa que, em última análise, pertence aos acionistas, ou é distribuído como dividendo.

A DRE é uma demonstração que visa ao final de cada exercício da entidade apurar o lucro líquido ou prejuízo.

- Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado mostra a quantidade e a maneira que foi dividida a riqueza adquirida pela empresa entre seus colaboradores, governo, acionistas e fornecedores ou o valor a ser dividido da riqueza, evidenciando com seu relatório contábil a quantidade de riqueza produzida que a empresa produziu.

Ribeiro (2009, p. 427) salienta que:

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, Governo, acionistas, financiadores de capital), bem como a parcela da riqueza não distribuída.

O Portal de Contabilidade nos relata que:

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição. Obviamente, por se tratar de um demonstrativo contábil, suas informações devem ser extraídas da escrituração, com base nas Normas Contábeis vigentes e tendo como base o princípio contábil da competência. A riqueza gerada pela empresa, medida no conceito de valor adicionado, é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e dos bens e

serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC 09) a DVA:

[...] representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzidos por terceiros e transferido à entidade.

A demonstração do valor adicionado, portanto, é uma demonstração que retrata mais riqueza para a entidade e fornece uma transparência de como fabricar e distribuir riqueza tanto com o capital próprio quanto de terceiros.

- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

A DOAR é uma demonstração que proporciona a seus usuários a forma como foram aplicados todos os recursos provenientes da entidade, como por exemplo, as fontes que proveio dos lucros dos sócios ou acionistas e de empréstimos e financiamentos também evidenciam a separação dos recursos próprios e de terceiros informando como foi aplicado cada um e ainda mostra as modificações ocorridas na posição financeira da entidade.

Conforme Padoveze (2004, p. 374), diz que:

Essa demonstração, de caráter financeiro, tem a sua origem no fluxo de caixa de uma empresa. Ela também é conhecida como Demonstração dos Usos e Fontes de recursos. [...] as fontes principais de recursos são as provindas dos lucros dos sócios ou acionistas e de empréstimos e financiamentos, faz-se separação dos recursos próprios e de terceiros. Depois de verificado de onde proveio o dinheiro, esse relatório evidenciará onde esse dinheiro foi aplicado, se no giro, no permanente, ou se foi distribuído aos donos do capital.

Conforme o Portal de Contabilidade a DOAR, “[...] é uma demonstração contábil destinada a evidenciar, um determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade”.

Apesar da DOAR ser uma demonstração que abrange informações muito rica, ela é uma demonstração de difícil entendimento aos seus usuários, como no

caso da variação do capital circulante líquido, porém é uma demonstração que fornece dados que em outras demonstrações não são fornecidas.

Segundo Marion (2007, p. 63): Embora a DOAR seja considerada pelos especialistas como uma demonstração mais rica em termos de informação, os conceitos nela contidos, como, por exemplo, a variação do capital circulante líquido, não são facilmente apreendidos.

A partir do dia 01/01/2008 com a promulgação da lei nº 11.638/2007, a DOAR passou a ser extinta.

- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), por sua abrangência e naturalidade com que trata seus aspectos financeiros é um relatório de fácil entendimento, onde visa mostrar com clareza o que esta ocorrendo dentro da entidade, portanto a DFC fornece informações que se pode projetar o presente e o futuro da entidade, podendo honrar com seus compromissos imediatos e orientando ainda como se devem trazer empréstimos para cobrir a falta de fundos quando necessário e quando aplicar o excesso de recursos no mercado financeiro.

Segundo Iudícibus, et al (2009, p. 187) comenta que:

A DFC propicia a elaboração de um melhor planejamento financeiro, de forma que não ocorra excesso de Caixa, mas que se mantenha o montante necessário para fazer face aos compromissos imediatos. Também permite que se saiba quando buscar empréstimos para cobrir a insuficiência de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de recursos.

A DFC apresenta informações dos fluxos dos recursos financeiros da entidade com suas entradas e saídas de recursos monetários dentro de um determinado período, fornece informações que ajuda seus usuários a esclarecer avaliações importantes, mostra os efeitos de caixa dentro de um determinado período, suas movimentações de investimentos e de financiamentos.

Hernandez Perez Junior (2005, p. 328) comenta sobre a principal finalidade da DFC que:

[...] é fornecer informações relacionadas a recebimentos e pagamentos de caixa de uma empresa durante um período. [...] Para atingir sua finalidade de fornecer informações para auxiliar investidores, credores e outros a fazer essas avaliações, a demonstração de fluxos de caixa deve apresentar os efeitos de caixa durante um período, das operações da empresa, suas transações de investimentos e de financiamentos. [...] que afetam a posição financeira da empresa mas não afetam diretamente os fluxos de caixa durante o período. Também deve ser fornecida uma reconciliação do lucro líquido e do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, que geralmente proporciona informações sobre os efeitos líquidos das transações operacionais e outros eventos que afetam o lucro líquido e fluxos de caixa operacionais em diferentes períodos.

A DFC tornou um dos relatórios mais importante para a análise das tomadas de decisões, tornando-se obrigatória em substituição a DOAR, com a promulgação da lei 11.638/07.

2.1.1 Objetivo das Demonstrações Contábeis (DC)

O objetivo das demonstrações contábeis é de proporcionar informações aos usuários de como esta a situação patrimonial e financeira, o resultado e fluxo financeiro da empresa, tendo assim uma melhor amplitude de dados que é útil para planejar e controlar o patrimônio da empresa.

Para Reis (2009, p. 57) afirma que: “[...] o objetivo básico das demonstrações financeiras – ou demonstrativos contábeis, como queiram – é fornecer informações para a correta gestão dos negócios e para a correta avaliação dos resultados operacionais”.

A finalidade das demonstrações contábeis é de propiciar aos seus usuários informações relevantes, também de gerar as consequências do gerenciamento, pela administração, informações essas que auxiliam aos usuários a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da empresa, fornecendo, porém dados importantíssimos para a tomada de decisão da empresa.

Conforme o IBRACON (NPC 27), “O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões”.

As demonstrações contábeis têm por objetivo avaliar a situação patrimonial e financeira da entidade, para isto é necessário que seus usuários estejam

preparados para elaborar seus relatórios e poder desenvolver seus resultados e seus parecer.

Conforme (BRAGA, 2003, p. 59, apud SILVA 2007, P. 06) comenta que: “As demonstrações contábeis são de grande valia como elemento de avaliação de uma empresa, desde que o analista esteja consciente de seu significado para poder formular suas conclusões e emitir suas opiniões”.

De uma forma geral o objetivo das demonstrações contábeis é de fornecer informações e um controle sobre o patrimônio da empresa, para que seus usuários possam fazer um planejamento adequado e tomar decisões cabíveis que não causem danos para a entidade.

2.2 REGIME DE COMPETÊNCIA E REGIME DE CAIXA.

O Regime de caixa é o regime pela qual se executa as movimentações de entradas (recebimentos) e saídas (pagamentos) perante o caixa ou equivalentes, independente do evento gerador de receitas e despesas ter acontecido ou não. Na verdade é o regime de gestão financeira e não de contabilidade, sendo que a mesma costuma registrar as receitas pelo regime de caixa.

Conforme o portal de contabilidade:

Sob o regime de caixa, os recebimentos e os pagamentos são reconhecidos unicamente quando se recebe ou se paga mediante dinheiro ou equivalente. Este método é frequentemente usado para a preparação de demonstrações financeiras de entidades públicas. Isto é devido ao fato de que o objetivo principal da contabilidade governamental é identificar os propósitos e fins para os quais se tenham recebido e utilizados os recursos, e para manter o controle orçamentário da citada atividade. Alguns aspectos da legislação fiscal permitem a utilização do regime de caixa, para fins tributários. Porém, de modo algum o regime de competência pode ser substituído pelo regime de caixa numa entidade empresarial, pois se estaria violando um princípio contábil. Se a legislação fiscal permite que determinadas operações sejam tributadas pelo regime de caixa, isto não significa que a contabilidade deva, obrigatoriamente, seguir seus ditames. Existem livros fiscais (como o livro de Apuração do Lucro Real – LALUR), que permitem os ajustes necessários e controles de tal tributação, à margem da contabilidade. O que não se pode nem se deve é submeter a contabilidade a uma distorção, apenas para cumprir a necessidade de informação de um organismo, como é o caso do fisco.

Pelo regime de caixa deve-se na apuração do resultado do exercício ser consideradas todas as despesas pagas e todas as receitas recebidas

correspondente ao exercício, sendo que o regime de caixa consiste na contabilização das receitas somente perante seu recebimento e da contabilização dos custos e das despesas perante seus pagamentos, ou seja, que se passaram pelo caixa.

Ribeiro (2009, p. 283) comenta que o regime de caixa:

Na apuração do Resultado do Exercício devem ser consideradas todas as despesas pagas e todas as receitas recebidas no respectivo exercício, independentemente da data da ocorrência de seus fatos geradores. Em outras palavras, por esse regime somente entrarão na apuração do resultado as despesas e as receitas que passaram pelo caixa.

No regime de caixa as receitas são consideradas na hora do seu recebimento (entradas), e as despesas, na hora de seu pagamento (saídas), ou seja, ambos passaram pelo respectivo caixa.

Já para Hoji ([...]2003 p. 11) no regime de caixa: “[...] as receitas são reconhecidas no momento do efetivo recebimento, e as despesas, no momento do efetivo pagamento”.

O regime de competência é aquele em que serão consideradas, na apuração do resultado do exercício, todas as receitas, as despesas e outras operações realizadas no correspondente exercício, que foram ou não pagas ou recebidas, assim para as medidas prévias serem adotadas, antes do registro, é analisar a operação da qual aparece uma receita ou uma despesa a fim de reconhecer o respectivo fato gerador.

Ribeiro (2009, p. 283 e 284) salienta que no regime de competência:

[...] desse regime decorre o princípio da competência, e por ele serão consideradas, na apuração do resultado do exercício, todas as despesas incorridas e todas as receitas realizadas no respectivo exercício, tenham ou não sido pagas ou recebidas. Não importa se as despesas ou receitas passaram pelo caixa (pagas ou recebidas); o que vale é a data da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Já no regime de competência as receitas são consideradas na hora da venda, e as despesas, quando incidir, combinarem no período as que competem, independente do seu recebimento ou pagamento em disponível (dinheiro).

Hoji ([...]2003, p.11) diz que no regime de competência: “[...] as receitas são reconhecidas no momento da venda, e as despesas, quando incorridas; coincide com o ciclo econômico”.

Para as empresas que optarem pela forma de tributação com base no Lucro Presumido ou pelo Simples, a receita deverá ser constantemente contabilizada pelo regime de competência, já os custos e as despesas poderão ser contabilizados pelo regime de caixa.

O COSIF comenta que:

Alguns consultores dizem que as empresas que optarem pelo sistema de tributação com base no Lucro Presumido ou pelo SIMPLES podem efetuar a contabilização pelo Regime de Caixa. Esta afirmação é verdadeira apenas no que se refere ao pagamento dos custos e despesas. As receitas devem ser lançadas com base nos Livros Fiscais, onde são escrituradas as Notas Fiscais de venda de mercadorias e serviços, que são efetuadas pelo Regime de Competência.

Pelo regime de caixa as transações somente são reconhecidas e contabilizadas quando entra ou sai o dinheiro do caixa, já no regime de competência é reconhecida e contabilizada no ato da transação, independente dos recebimentos e dos pagamentos terem sido efetuados.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR)

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), é uma demonstração muito rica em termos de informações, evidencia de uma forma bem detalhada as informações contidas nela, que em outras demonstrações não aparecem, apesar disso ela é uma demonstração de difícil interpretação para seus analistas, como é o caso das variações do capital circulante líquido, que não são de fáceis compreensão. Com a lei 6.404/76 no seu artigo 176, inciso IV, tornou obrigatória essa demonstração para todas as companhias, a partir da promulgação da lei 11.638/07 a DOAR passou a ser Extinta.

Iudícibus e Marion (2007, p. 199), comenta que a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações)

[...] consagrou com a denominação de Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) uma demonstração que recebia as mais

diversas denominações, tais como Demonstração do Fluxo de Fundos, Demonstração de Usos e Fontes de Capital de Giro Líquido, ou mesmo Demonstração das Modificações na Posição Financeira. A DOAR tem por finalidade explicar a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido (CCL) entre dois momentos no tempo, via de regra, ocorrida de um ano para outro. A palavra recursos, portanto, deve ser associada com o Capital Circulante Líquido (CCL) que, por sua vez, é obtido: $CCL = AC - PC$.

A DOAR evidencia todas as aplicações e as origens de recursos, existe uma demonstração da movimentação líquida da entrada que é a (origem) e outra da saída (aplicação) de recursos. Explica as variações ocorridas no capital circulante líquido (CCL), nos representa também uma demonstração das mutações na posição financeira em sua totalidade.

Silva (2007, p. 36) comenta que: “A DOAR permite uma identificação mais nítida das causas que determinaram as mutações na posição financeira em curto prazo, fornecendo uma visão mais ampla de estrutura de equilíbrio financeiro, possibilitando assim uma melhor avaliação da liquidez da empresa”.

A DOAR inicia-se pela origem de recursos de uma entidade, é uma demonstração de caráter financeiro que visa demonstrar em seus relatórios como a entidade recebeu e onde colocou seu disponível dentro de um determinado período, isto tudo levando em consideração ainda que ao mesmo tempo da elaboração da DOAR é evidenciada dentro dela também a demonstração de resultado.

Conforme Padoveze (2004, p. 374), diz que:

Essa demonstração, de caráter financeiro, tem a sua origem no fluxo de caixa de uma empresa. Ela também é conhecida como Demonstração dos Usos e Fontes de recursos. A idéia desse relatório é evidenciar, dentro do mesmo período considerado para o levantamento da Demonstração de Resultados, onde a empresa captou e aplicou dinheiro durante o período.

Com a DOAR é possível analisar a situação financeira da empresa quanto a investimentos e financiamentos, ajudar seus tomadores de decisão a possibilidade de conseguir e de investir os recursos, é possível verificar os fatos ocorridos sobre os recursos dentro de um período, como foram investidos as entradas de novos recursos, enfim a DOAR objetiva esclarecer a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido.

Segundo Matarazzo (2008, p. 49):

[...] Através da DOAR é possível conhecer como fluíram os recursos ao longo de um exercício: quais foram os recursos obtidos, qual a participação das transações comerciais no total de recursos gerados, como foram aplicados os novos recursos etc. Enfim, a DOAR visa permitir a análise do aspecto financeiro da empresa, tanto no que diz respeito ao movimento de investimentos e financiamentos quanto relativamente à administração da empresa sob o ângulo de obter e aplicar compativelmente os recursos.

De uma forma geral a DOAR é uma demonstração muito rica em termos de informação, porém não é fácil de entender, deixando a desejar aos seus usuários.

2.3.1 Fundamentação legal

A fundamentação legal da DOAR esta baseada em leis, normas e resoluções que dão base à sua elaboração, a saber:

Lei 6.404/76.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações em seu art. 176, inciso IV, estabelece a obrigatoriedade da elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), para todas as companhias abertas, bem como para as companhias fechadas consideradas de grande porte, por sua vez o respectivo artigo no seu § 6º diz que as companhias fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não será obrigada à elaboração e a publicação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). A partir de 01.01.2008 a DOAR passou a ser extinta, por força da lei 11.638/07 que no seu mesmo artigo exclui a DOAR e passa a vigorar a obrigatoriedade da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

Resolução CFC 686/90.

A DOAR é aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC 686/90, que a partir de 28/05/2010 a Resolução CFC Nº 1.283/10 revoga a resolução CFC 686/90, considerando que a divulgação das

demonstrações contábeis estão inseridos em normas convergidas e resolve revogar a resolução CFC 686/90.

Norma Brasileira de Contabilidade (Técnica) NBC T 3-6

A NBC T 3-6 é a norma que trata e define a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), aprovada pela resolução CFC 686/90, onde trata do conceito, conteúdo e estrutura que deve conter na DOAR.

As demonstrações contábeis deverão ser complementadas por meio de notas explicativas e a divulgação da mesma deverá ser de acordo com a NBC T 3-6 que define e normatiza a divulgação das demonstrações contábeis e determina informações mínimas do que deve conter nas demonstrações, esta norma complementava o art. 176 da lei 6.404/76, que a partir da revogação da lei 11.638/07 passou a ser excluída.

2.3.2 Objetivos da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos (DOAR)

O objetivo da DOAR é de evidenciar as variações ocorridas na posição financeira da empresa, partindo se do Capital Circulante Líquido (CCL), durante o período do exercício, sendo este representado pelo Ativo Circulante (bens e direitos a curto prazo) menos o Passivo Circulante (obrigações a curto prazo).

Silva (2007, p. 35) diz que: “A Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos (DOAR) tem como objetivo apresentar os fluxos financeiros que aumentaram ou reduziram o Capital Circulante Líquido (CCL) ao longo do exercício, indicando suas origens e aplicações”.

O objetivo da DOAR é de exibir informações sintetizadas sobre a posição financeira da entidade, como informações referentes as operações, exibir também as aplicações e as origens dos recursos.

FIPECAFI (2006, p. 382) comenta que: “A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (mais conhecida como DOAR), como seu próprio nome indica, tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumariada principalmente as informações relativas às operações na posição financeira da empresa”.

O Objetivo da DOAR é evidenciar as modificações que ocorre no CCL, portanto alguma modificação que ocorrer no Não Circulante é o motivo da mudança do Circulante, sendo assim só irá acontecer mudança no CCL com as operações do Não Circulante x Circulante.

Por sua vez Marion (2003, p. 459 apud. Vasconcelos, et al 2007[?], p. 05) “O objetivo da DOAR é exatamente mostrar as alterações do CCL. Só ocorre variação no CCL com as operações “Não Circulante X Circulante”. Em decorrência disto, qualquer “alteração no Não Circulante é a causa da variação do Circulante”.

Portando o objetivo da DOAR é de prestar esclarecimento das variações que aconteceu no CCL, de uma mesma empresa, entre dois momentos diferentes no tempo.

2.3.3 Usuários da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

Os usuários da DOAR, são as empresas que estão obrigadas a apresentar este demonstrativo, que são elas, todas as companhias abertas e também as companhias fechadas consideradas de grande porte, também pessoas que se interessam e utilizam este demonstrativo como um instrumento de ajuda e apoio a tomadas de decisões, sendo que para as companhias fechadas com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) estão desobrigadas a apresentar.

Segundo o FIPECAFI (2003, p. 385) comenta sobre a lei nº 6.404/76 que torna obrigatória essa demonstração para:

[...] todas as companhias, conforme disposto seu art. 176, item IV. Todavia, o § 6º do mesmo artigo elimina a obrigatoriedade de elaboração e publicação para as companhias fechadas com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), limite este atualizado pela lei nº 9.457/97.

Os usuários da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) eram as companhias abertas e as companhias fechadas com patrimônio líquido, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data do balanço patrimonial até 31/12/2007, sendo que a mesma a partir de 01/01/2008 passou a ser

extinta e sendo obrigada a apresentação das demonstrações terminada somente até 31/12/2007.

Conforme o Portal de Contabilidade:

Até 31.12.2007, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) era obrigatória para as companhias abertas e para as companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço patrimonial, superior a R\$ 1.000.000,00 (limite este atualizado pela Lei nº 9.457/97).

Por força da Lei 11.638/07 que entrou em vigor a partir de 01/01/2008 deixou de exigir a obrigatoriedade da DOAR, não sendo mais obrigatória a apresentação desta Demonstração.

2.3.4 Benefícios da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

A DOAR trás grandes benefícios para uma entidade, pois é possível ter um conhecimento mais abrangente da situação financeira da entidade, permite que seus usuários tenha conhecimento dos fatos que ocorreram as mutações na posição financeira a curto prazo.

Para Assaf Neto (2007, p. 105): “A DOAR permite uma identificação mais nítida das causas que determinaram as mutações na posição financeira a curto prazo, fornecendo uma visão mais ampla da estrutura de equilíbrio financeiro da empresa”.

A DOAR permite identificar qual finalidade que os gerentes deram aos recursos da empresa, qual a participação em investimentos em outras aplicações é possível analisar as fontes de recursos que foram utilizadas e qual tem uma parcela maior.

Marion (2002, p. 233) apud Silva e Nascimento (2005):

A análise da DOAR permite identificarmos quais os tipos de fontes de recursos que alimentam a empresa; qual tem uma participação maior; qual o destino que a administração da empresa está dando para os recursos; qual é o nível de imobilização e de não-imobilização da empresa; qual é o nível de investimento em outras atividades (não-operacional) etc.

Com a DOAR é possível verificar as modificações na posição da empresa através de seu fluxo de recursos, ela abrange o Balanço Patrimonial, quanto a Demonstração do Resultado do Exercício, é uma demonstração que contém dados de grande valia para a empresa que as outras demonstrações não fornecem, é possível comprovar se a empresa está diminuindo ou aumentando o capital circulante líquido, analisar a conciliação entre os lucros e a posição financeira da empresa.

Segundo o FIPECAFI (2003, p. 385) comenta que A DOAR:

[...] fornece dados importantes que não constam das demais demonstrações financeiras; está relacionada tanto com o Balanço como com a Demonstração do Resultado do Exercício, sendo complementar a ambas, fornecendo as modificações na posição da empresa pelo fluxo de recursos. [...] auxilia em importantes aspectos como, por exemplo: conhecimento da política de inversões permanentes de empresa e fontes dos recursos correspondentes; constatação dos recursos gerados pelas operações próprias, ou seja, o lucro do exercício ajustado pelos itens que o integram, mas não afetam o capital circulante líquido; verificação de como foram aplicados os recursos obtidos com os novos empréstimos de longo prazo; constatação de se e como a empresa está mantendo, reduzindo ou aumentando se capital circulante líquido; verificação da compatibilidade entre os dividendos e a posição financeira da empresa.

Como visto a DOAR beneficia seus usuários quanto a sua origem de recursos que é o lucro líquido do exercício, pois dessa maneira é mais nítido para seus gerentes poder ter um equilíbrio mais amplo da situação financeira da empresa.

2.3.5 Definições da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

A DOAR possui basicamente duas definições próprias para evidenciar as mutações no CCL, a saber: origens dos recursos e aplicações de recursos.

2.3.5.1 Definição das Origens de Recursos

As origens derivadas das operações, baseia-se nos fluxos de receitas e despesas em um determinado período, as receitas aumenta o CCL através do contas a receber e as despesas acarreta diminuição no CCL através do contas a pagar.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 337) nos relatam que as essenciais fontes usadas pela empresa decorrem “[...] das operações próprias, de recursos dos acionistas ou cotistas e de terceiros na forma de empréstimos exigíveis a longo prazo”.

Conforme o Portal de Contabilidade: “As origens de recursos são representadas pelos aumentos no Capital Circulante Líquido”.

As origens dos recursos são diferentes das aplicações de recursos quanto a sua fonte, enquanto as aplicações de recursos representam os financiamentos de longo prazo ao curto prazo, as origens dos recursos representam as fontes de financiamentos de longo prazo.

FIPECAFI (2003, p. 383) diz que: “As origens de recursos são representadas pelos aumentos das fontes de financiamento de longo prazo, ou pelas transferências dos investimentos de longo prazo para o curto prazo [...]”.

2.3.5.2 Definição das Aplicações de Recursos

As aplicações de recursos são retratadas através da redução do capital circulante líquido e os aumentos pelos investimentos de longo prazo, ou pela transmissão de fontes de financiamentos de longo prazo ao curto prazo.

Conforme o Portal de Contabilidade: “As aplicações de recursos são representadas pela redução do Capital Circulante Líquido entre o início e o término de determinado período”.

FIPECAFI (2003, p. 384) comenta que: “As aplicações de recursos são representadas pelos aumentos dos investimentos de longo prazo, ou pelas transferências de fontes de financiamentos de longo prazo para o curto prazo [...]”.

Os investimentos feitos pela empresa, os recursos adquirido, ou até mesmo onde a empresa investiu os recursos fazem parte das aplicações dos recursos.

Ribeiro (2005, p. 255) nos diz que as aplicações de recursos “[...] correspondem aos investimentos dos recursos da empresa, ou, no que a empresa investiu os recursos que possui”.

2.3.5.3 Capital Circulante Líquido (CCL)

O Capital Circulante Líquido é representado pelo ativo circulante, que quando maior que o passivo circulante verifica que houve um CCL próprio, e pelo passivo circulante que quando menor que o ativo circulante se verifica um CCL negativo ou emprestado. Analisa-se então que o Capital Circulante Líquido é a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, que seria o ativo circulante o total das contas a receber (estoques e despesas pagas) e o passivo circulante o contas a pagar (fornecedores) em determinada data.

Conforme o Portal de Contabilidade ([...] 2010):

O Capital Circulante Líquido é a diferença entre o ativo circulante (disponível, contas a receber, estoques e despesas pagas antecipadamente) e o passivo circulante (fornecedores, contas a pagar e outras exigibilidades do exercício seguinte) em determinada data. Quando o Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido próprio. Quando o Ativo Circulante é menor do que o Passivo Circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido negativo ou de terceiros.

Calauto e Beuren (2006) nos relata que:

Entende-se que a variação do capital circulante líquido, evidenciado na DOAR, apresenta, de forma sumariada, as informações de operações de financiamento e investimento durante o exercício e mostra as alterações na posição financeira da empresa [...] Neste particular, a variação do capital circulante líquido não deve ser confundida com os fluxos das disponibilidades, como apregoado na Demonstração de Fluxo de Caixa. As informações da DOAR são mais abrangentes, não só por conterem variações do Capital Circulante Líquido, em substituição das variações de caixa, mas por representarem a demonstração das mutações na posição financeira total das empresas [...].

O Capital Circulante Líquido é apresentado na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), onde evidencia a demonstração das mutações na posição financeira total das empresas, não podendo equivocar-se com os fluxos das disponibilidades, que é apresentado na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

2.3.6 Apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

Nesta parte será comentado e demonstrado conforme anexo as formas de apresentação da DOAR.

2.3.6.1 Origens dos Recursos

Será apurado nas origens de recursos o valor total dos recursos alcançado no exercício, onde são apresentadas as origens por caráter.

Conforme FIPECAFI (2003, p. 385) é: “Onde são discriminadas as origens, por natureza, e apurado o valor total dos recursos obtidos no exercício”.

Nas origens de recursos serão apresentadas as movimentações que suceder dos grupos de contas do não circulante e que aumentam o capital circulante líquido.

Segundo Almeida (2005, p. 111): “As origens de recursos representam transações que ocorrem nos grupamentos de contas não circulantes e que aumentam o capital circulante líquido [...]”.

Por sua vez o Portal de Contabilidade ([...] 2010) demonstra como devem ser apresentado às origens dos recursos:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizados.

As origens de recursos são agrupadas das contas do não circulante onde evidencia o aumento do CCL, e apuradas o valor total dos recursos alcançados no exercício.

2.3.6.2 Aplicações dos Recursos

As aplicações de recursos serão apuradas pelo valor total dos recursos alcançados no exercício, onde são apresentadas também as origens por caráter.

Conforme FIPECAFI (2003, p. 385): “Onde são relacionadas as aplicações , também por natureza, e evidenciado seu valor total”.

Será apresentadas as movimentações que suceder dos grupos de conta do não circulante e que diminuïrem o capital circulante líquido, ao contrario das origens de recursos que aumentam.

Segundo Almeida (2005, p. 111): “As aplicações de recursos representam transações que acontecem nos grupamentos de contas não circulantes e que diminuem o capital circulante líquido [...]”.

Por sua vez o Portal de Contabilidade ([...] 2010) nos relata como devem ser apresentado às aplicações de recursos:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investidores e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo.

As aplicações de recursos são agrupadas das contas do não circulante também, mas ao contrario das origens dos recursos que aumenta o CCL, na aplicação de recursos ela diminui o CCL.

2.3.6.3 Aumento ou redução no Capital Circulante Líquido

O aumento ou redução do capital circulante líquido é analisado no capital circulante líquido da entidade que se da na diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em um determinado período, quando se tem um ativo circulante maior que o passivo circulante, provocara um capital circulante próprio, ou seja, positivo e quando ocorrer do ativo circulante ser menor do que o passivo circulante ira acarretar um capital circulante líquido negativo ou emprestado.

Segundo Assaf Neto (2007, p. 105) o aumento ou redução do Capital Circulante Líquido: “Indica a variação (positiva ou negativa) verificada no capital circulante Líquido da empresa. Considerando-se que a DOAR trata somente das origens e aplicações de recursos que ocorrem fora do âmbito do circulante, tem-se:”

Quando:	Ocorre:
Total das Origens > Total das Aplicações	Aumento do Capital Circulante Líquido
Total das Origens < Total das Aplicações	Redução do Capital Circulante Líquido

Quadro 1: Aumento e redução do CCL

Fonte: Assaf Neto (2007, p.105)

Conforme o exposto quando se tem um total das origens maior que o total das aplicações implicará num aumento do Capital Circulante Líquido, e quando o total das origens for menor que o total das aplicações implicará numa redução do Capital Circulante Líquido.

Conforme FIPECAFI (2003, p. 385): “Representa a diferença entre o total das origens e o total das aplicações”.

Então por sua vez o aumento ou redução no Capital Circulante Líquido informa a variação quando negativa ou positiva, sendo representado pelo total das origens dos recursos e pelo total das aplicações de recursos.

2.3.6.4 Saldo Inicial e Final do Capital Circulante Líquido e Variação

Os aumentos ou diminuições são provocados pelas mudanças ocorridas nos Ativos e Passivos, sendo estes que afetam o Lucro Líquido e o Fluxo Líquido do caixa, o aumento no Ativo Circulante estimula uso do disponível (caixa) e já as diminuições no Ativo Circulante rende caixa (origem de caixa), no Passivo Circulante os aumentos no contas a pagar aumentam o caixa, no caso de que não a uma saída imediata para as contas a pagar (fornecedores), é por que esta sendo concedido crédito para a entidade. Já no caso da diminuição do Passivo Circulante provoca uma diminuição no caixa, pois esta sendo utilizado para pagamento dos fornecedores, sendo afetado o saldo final.

O Portal do Administrador nos explica que:

Se o saldo final de caixa for menor que o saldo inicial, temos de analisar se houve aumentos em Ativos Circulantes ou outros que não o Caixa, tais como Estoques e Contas a Receber. Isso provoca uma diminuição no caixa, mas não representa que a empresa esta sem recursos; apenas indica que os recursos estão amarrados e, em um futuro próximo, se converterão em caixa. Do mesmo modo, quando a diminuição nessas contas, é por que esses ativos se converteram em dinheiro e, portanto, aumentaram o caixa.

Conforme FIPECAFI (2003, p. 385): “Onde são evidenciados Ativo e Passivo Circulantes do início e do fim do exercício e respectivo aumento ou redução”.

A variação é representada pelo lucro, que se refere aos exercícios futuros, como exposto no regime de competência, todavia afetarão o capital circulante líquido, exemplo de que se a empresa obteve o saldo do resultado de exercícios futuros provocou um aumento no exercício, significa que houve uma entrada na entidade, tendo então aumento no Capital Circulante Líquido, porém sem ter registrado como receita, não pertencendo o lucro do ano, deve ser levado ao resultado do exercício se houver diminuição do saldo do respectivo grupo deverá ser diminuído do lucro líquido, isto por pertencer ao recebimento proveniente.

O Portal de Contabilidade nos diz que a:

[...] variação nos resultados de exercícios futuros representa lucros que, pelo regime de competência, pertencem a exercícios futuros, porém, já afetaram o Capital Circulante Líquido, ou seja, se o saldo de Resultados de Exercícios Futuros tem um aumento no exercício, significa que a empresa já o recebeu, aumentando o Capital Circulante Líquido, mas sem que o tenha registrado como receita, não fazendo parte do lucro do ano. Assim, como se trata de recebimento originário pelas operações da empresa, deve ser agregado ao resultado do exercício. Se houver redução do saldo desse grupo, deve ser diminuído do Lucro Líquido.

O saldo inicial, saldo final e a variação correspondem ao aumento ou diminuição do Ativo Circulante e do Passivo Circulante.

Conforme Almeida (2005, p. 112): “A forma de apresentação da demonstração de origens e aplicações de recursos, de acordo com a lei das Sociedades por Ações (Lei n 6.404/ 76), é a seguinte:”

I – ORIGENS DE RECURSOS	
Lucro Líquido do Exercício.....	X
(+) Depreciação.....	X
(+) Amortização.....	X
(+) Exaustão.....	X
(+) ou (-) Variação nos resultados de exercícios futuros.....	<u>X</u>

Recursos provenientes das operações.....	X
Realização do capital social.....	X
Contribuição para reservas de capital.....	X
Aumento do passivo exigível a longo prazo.....	X
Redução do ativo realizável a longo prazo.....	X
Alienação de investimentos.....	X
Alienação de direitos do ativo imobilizado.....	X
Total das origens de recursos.....	X
II - APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Dividendos distribuídos.....	(X)
Aquisição de direitos do ativo imobilizado.....	(X)
Aumento do ativo realizável a longo prazo.....	(X)
Aumento dos investimentos.....	(X)
Aumento do ativo diferido.....	(X)
Redução do passivo exigível a longo prazo.....	(X)
Total das aplicações de recursos.....	(X)
III – AUMENTO OU (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	(X)
IV – VARIAÇÃO NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	

Quadro 2: Demonstrativo DOAR
Fonte: Almeida (2005, p.112)

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A DFC, por força da lei nº 11.638/07, passou a ser obrigatória a sua elaboração a partir de 01.01.08, sendo uma demonstração de extrema utilidade, pois propicia aos seus usuários a capacidade da entidade gerar fluxos de caixa positivo como, por exemplo, o que esta ocorrendo com as variações nas disponibilidades (caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata), analisar alternativas de investimentos, pagarem dividendos, quitar dívida e ainda prever o presente e o futuro do caixa da entidade evitando com que chegue a situação de insolvência.

Segundo Silva quanto Nascimento (2005, p. 83), “A Demonstração do fluxo de caixa trata das movimentações financeiras da empresa, podendo ser utilizada de maneira preventiva a fim de evitar excessos ou falta de disponibilidades, como caixa, saldo bancário disponível e aplicações de alta liquidez”.

Já para Zdanowicz (2004, p. 40) expõe que “O fluxo de caixa consiste na representação dinâmica da situação financeira de uma empresa, considerando todas as fontes de recursos e todas as aplicações em itens do ativo”.

A DFC evidencia o que ocorreu com os eventos administrativos relacionado com os recebimentos e pagamentos durante um determinado período e sendo corretamente registrados os recebimentos (entradas) e os pagamentos (saídas) da conta caixa, visa mostrar em seus demonstrativos o que aconteceu com as movimentações do disponível em um determinado período.

Para Ribeiro (2009, p. 418):

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa. Trata-se de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados a débito (entradas) e a crédito (saídas) da conta Caixa.

A capacidade da DFC esta em seu poder de informações, sendo que com a DFC pode-se prever o caixa futuro da entidade e até mesmo a capacidade da entidade de prover recursos para cumprir com seus compromissos, e tendo em vista que quanto maior for às informações obtidas, menor é o risco de que acarretara ao se apostar em um negócio.

Lustosa (1997, p. 35 apud. Silva e Nascimento 2005, p. 83) nos relata que:

No fundo, o investidor e o credor estão interessados em estimar o caixa futuro que a empresa é capaz de produzir. Esta tarefa, extremamente complexa dado o número de variáveis aleatórias envolvidas e de incerteza presente em qualquer avaliação que se faça sobre o futuro, é facilitada pela quantidade e qualidade das informações disponíveis. Maior quantidade de informações, menor o nível de incertezas ao se apostar em um negócio.

Se tratando da DFC pode se dizer que ela possui uma influencia fundamental para a gestão, não sendo útil somente para as sociedades anônimas, mas sim para todas as organizações.

2.4.1 Fundamentação legal

A fundamentação legal da DFC esta baseada em leis, normas e resoluções que dão base à sua elaboração, a saber:

Lei 11638/07

Após um longo período em projeto, em 28 de dezembro de 2007, foi introduzida a Lei 11.638/07 que altera e revoga os dispositivos da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) que começou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2008, com o objetivo de harmonizar as normas contábeis com as normas internacionais de contabilidade.

Segundo Braga e Almeida (2008 apud. Krug)

Os padrões de contabilidade vigentes até então no País, sofreram varias modificações com a lei 11.638/07, sendo seu objetivo a convergência aos pronunciamentos internacionais de contabilidade. Tais pronunciamentos Internacionais de contabilidades são emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board), através do IFRS (International Financial Reporting Standards) e do IAS (International Accounting Standards).

Conforme a CVM (2008):

Com a edição da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que altera e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, foram criadas as condições para que as normas e práticas contábeis brasileiras, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais das sociedades por ações, sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais.

A lei 11.638/07 foi criada com o objetivo de que as normas e práticas contábeis sejam convergentes com as normas internacionais de contabilidade.

Resolução CVM 469/08

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), instrução CVM nº 469/08, trata da implementação da lei nº 11.638/07 que altera as instruções da CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 04 de abril de 2000.

Conforme Cardoso; Saravia; Tenório e Silva (2009) nos afirmam que:

A MP nº 449/08, editada em 03 de dezembro de 2008, tem o propósito de “corrigir” alguns aspectos não adequadamente abordados pela lei nº 11.638/07. Entre as principais alterações promovidas por essas normas na contabilidade societária das companhias abertas brasileiras estão:

- Obrigatoriedade de elaboração, auditoria e divulgação da demonstração dos fluxos de caixa (DFC) e a desobrigação de se elaborar a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR).
- Obrigatoriedade de elaboração, auditoria e divulgação da demonstração do valor adicionado (DVA) [...].
Pode-se supor que essa medida veio atender aos anseios dos usuários das informações contábeis, pois agora todas as companhias abertas deverão evidenciar a DFC e a DVA, e antes da lei nº 11.638/07 isso era facultativo [...].

CPC 03

O Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC) é o órgão pela qual torna pública a aprovação do pronunciamento técnico CPC 03, que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa, sendo este pronunciamento elaborado pela IAS 7 (Statement Of Cash Flows) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e aplicada no julgamento do comitê, estando em conformidade com o documento editado pelo IASB.

O Pronunciamento técnico determina o fornecimento de instrução das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma empresa através de uma demonstração ordenada de fluxos de caixa durante o período classificado por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, por sua vez o pronunciamento requer que todas as empresas apresentem uma demonstração de fluxos de caixa.

Conforme (CPC 03), A entidade deve elaborar demonstração dos fluxos de caixa de acordo com os requisitos desde pronunciamento e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada período.

Qualquer empresa devesse dispor da demonstração dos fluxos de caixa como parte global e exibir ao findo de cada período de atividade conforme exposto no pronunciamento.

Conforme o sumário de pronunciamentos técnico (CPC 03)

Os usuários das demonstrações contábeis de uma entidade estão interessados em conhecer como a entidade gera e usa os recursos de caixa e equivalentes de caixa, independentemente da natureza das suas atividades e mesmo que o caixa seja considerado como o produto da entidade, como é o caso de uma instituição financeira. Assim sendo, o pronunciamento requer que todas as entidades apresentem uma demonstração de fluxos de caixa.

Independente de qual for o ramo de atividade da empresa ela precisa apresenta a demonstração do fluxo de caixa, com isto seus usuários estão buscando a relação da empresa de gera recursos de caixa e equivalentes de caixa, para que possa cumprir com suas obrigações e prover um retorno para seus investidores.

2.4.2 Objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC tem como objetivo informa de uma maneira preeminente em seus relatórios durante um determinado período, como esta a situação da empresa perante suas entradas (recebimentos), saídas (pagamentos) e seus disponíveis (dinheiro).

Segundo FIPECAFI (2006, p. 398), salienta que: “O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é de prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período”.

A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de prever a situação da empresa tanto no presente, quanto no futuro, verificar como esta seu disponível (caixa), analisar se estão sendo utilizados de maneira propicia, assegurar a opção de investimentos, tendo assim uma visão importante para as tomadas de decisão ao longo do tempo.

Já para Silvano, Silva e Sola (2008, p. 31), Salienta que:

Os principais objetivos da Demonstração do fluxo de Caixa são: avaliar as alternativas de investimento; avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa; avaliar as situações presente e futura de caixa da empresa; certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

O objetivo da demonstração do fluxo de caixa é de fornecer informações aos seus usuários com seu respectivo relatório sobre a movimentação da empresa

referente suas entradas e saídas de numerários em determinado período, proporcionando à, seus usuários também uma fonte segura para seus planejamentos financeiros, avaliar a forma em que empresa gerou o caixa e até mesmo como a empresa utilizou os recursos e valores equivalentes ao caixa.

Conforme Reis (2009, p.159):

O objetivo Básico deste demonstrativo é disponibilizar informações sobre as entradas e saídas de numerários em determinado período. [...] propicia ao administrador financeiro a elaboração de um planejamento mais adequado às necessidades reais da empresa, evitando que, eventualmente, haja recursos monetários inativos. Por outro lado, pode evitar, também, que em determinadas circunstâncias a empresa esteja desprovida de recursos para fazer face aos seus compromissos ou às suas despesas correntes.

O objetivo da DFC é prover informações aos seus administradores em um determinado período da situação da empresa perante suas entradas e saídas, fornecendo ainda um planejamento eficaz para que a empresa venha honrar com seus compromissos e ainda informa como foram utilizados ou aplicados os recursos e os equivalentes ao disponível.

2.4.3 Usuários da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

São os usuários da DFC todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Conforme o portal de contabilidade nos relata que a:

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) passou a ser um relatório obrigatório pela contabilidade para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Esta obrigatoriedade vigora desde 01.01.08, por força da lei 11.638/2007, e desta forma torna-se mais um importante relatório para a tomada de decisões gerenciais.

2.4.4 Benefícios da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é uma demonstração onde evidência em seus relatórios informações importantes para o processo de tomadas

de decisão de uma empresa, proporciona informações em seus relatórios, onde habilita seus usuários a fazer um planejamento mais adequado as necessidades do dia-a-dia da empresa avaliar as mudanças no ativo líquido da empresa e evitar determinadas circunstâncias a empresa de estar desprovida de recursos para honrar com seus compromissos financeiros.

Conforme Martins (2010, p. 08 e 10):

A demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade. A demonstração dos fluxos de caixa também melhora a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional para diferentes entidades por que reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

A DFC beneficia a seus usuários quanto a sua competência de avaliar a capacidade da empresa de prover recursos, de produzir exemplos para analisar e confrontar o valor presente de futuros fluxos de caixa de desiguais empresas, quando usada junto com as outras demonstrações contábeis, fornece dado que possibilita os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma empresa, a DFC proporciona também ajuda a comparabilidade dos relatórios operacionais de empresas incomuns por que diminui os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 03, comenta que:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades. As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade da entidade gerar recursos dessa natureza e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente de futuros fluxos de caixa de diferentes entidades. A demonstração dos fluxos de caixa também melhora a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional para diferentes entidades por que reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos. Informações históricas dos fluxos de caixa são freqüentemente usadas como indicador do valor, época e grau de segurança dos fluxos de caixa futuros. Também são úteis para verificar a exatidão das avaliações feitas, no passado, dos fluxos de caixa futuros, assim como para examinar a relação

entre a lucratividade e os fluxos de caixa líquidos e o impacto de variações de preços.

A DFC fornece aos seus administradores informações relevantes para que se possa cumprir com suas obrigações, não sendo viável a reserva de caixa, mas tendo pelo menos para honrar com seus compromissos, sendo que através de um planejamento o administrador consegue analisar a capacidade e a hora que a empresa deve aplicar no mercado financeiro e até mesmo de prover recursos no caso de falta de recursos, neste caso colaborando para que a empresa se tenha lucro.

Já para Marion (2003, p. 427, apud Silva 2007, p. 48), diz que a:

[...] DFC propicia ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois numa economia tipicamente inflacionária não é aconselhável excesso de caixa, mas o estritamente necessário para fazer face a seus compromissos. Por meio do planejamento financeiro o gerente saberá o momento certo em que contrairá empréstimos para cobrir a falta (insuficiência) de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro, evitando, assim, a corrosão inflacionária e proporcionando maior rendimento à empresa.

A DFC, por sua vez beneficia seus gerentes em grandes momentos, fornecendo informações importantes para o dia-a-dia da empresa.

2.4.5 Definições da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

A DFC é definida pelo Caixa; Equivalentes de caixa; Fluxo de caixa; Atividades operacionais; Atividades de investimentos e Atividades de financiamento conforme será exposto a seguir:

2.4.5.1 Caixa

Caixa é aquele onde encontra todas as entradas de numerários na empresa, os depósitos feitos em contas bancárias, as aplicações Financeiras de disponível investido.

Conforme Ribeiro (2009, p. 362):

O conceito de caixa engloba todas as disponibilidades da empresa existentes nas contas: caixa (dinheiro da entidade em poder de estabelecimentos bancários, depositados em contas – correntes) e Aplicações Financeiras e de Liquidez Imediata (dinheiro da entidade investido em aplicações de altíssima liquidez).

O caixa é aquele que evidencia todas as entradas de disponíveis (dinheiro) em caixa e os referidos depósitos efetuados a vista em bancos.

Conforme o CFC o caixa “representa moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária”.

Caixa por sua vez é representado por todas as entradas de dinheiro (numerários) e depósitos efetuados em contas bancárias, ou seja, todos os disponíveis de imediato para a empresa.

2.4.5.2 Equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são os recursos financeiros gerados pela empresa e pela qual a mesma pode utilizar para fazer face aos seus compromissos ou pagamento de suas despesas.

Conforme Reis (2009, p. 158 e 159) explica que equivalentes de caixa, “engloba todos aqueles recursos financeiros dos quais a empresa pode lançar mão para efetuar pagamentos de despesas ou de compromissos”.

Os equivalentes de caixa são representados pelas aplicações financeiras, que por sua vez compreende as liquidez de caixa e as disponibilidades imediatas.

Por sua vez, Ribeiro (2009, p. 362) comenta que “os equivalentes de caixa compreendem as contas representativas de aplicações financeiras que possuem as mesmas características de liquidez e de disponibilidade imediata”.

Os equivalentes de caixa são recursos que tem as mesmas características de liquidez e de disponibilidade imediata, representando riscos insignificantes de mudanças de valor.

Segundo o FIPECAFI (2006, p. 398) “Equivalente-caixa são investimentos de altíssima liquidez, prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de dinheiro e que apresentam risco insignificante de alteração de valor”.

Para o CFC Equivalentes de Caixa:

[...] são recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Como equivalentes de caixa, devem ser consideradas as aplicações financeiras que atendam a essas condições.

Portanto os equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras de altíssima liquidez, sujeitos a insignificante risco de alterações de valor, possuindo características de liquidez de caixa e de disponibilidades.

2.4.5.3 Fluxos de caixa

O Fluxo de Caixa representa os recebimentos e os pagamentos gerados do caixa.

Conforme (CPC 03), “são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa”.

São os Fluxos de caixa todas as entradas e saídas de dinheiro da empresa, ou seja, é o objeto final e completo do contas a receber e do contas a pagar.

Já para Ribeiro (2009, p. 362) “fluxos de caixas são os ingressos e saídas de caixa e equivalentes”.

O fluxo de caixa é uma ferramenta onde são geradas todas as entradas e as saídas de recursos da empresa, com esta situação existi a possibilidade de prever as possíveis sobra ou faltas de caixa, assim podendo se precaver e tomar decisões cabíveis para as empresas.

Assaf Neto (1997) apud Silvano, Silva e Sola (2008, p. 29) conceitua o fluxo de caixa como “um instrumento que relaciona os ingressos e saídas de recursos monetários no âmbito de uma empresa [...] A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas”.

Sendo assim o fluxo de caixa é uma ferramenta de grande poder para a empresa, são aqui que se tem um diagnostico da situação financeira de empresa.

2.4.5.4 Atividades operacionais

As atividades operacionais são explicadas pelas receitas da entidade, é a principal fonte que mostra se a entidade gerou fluxos de caixa suficientes para pagar empréstimos e honrar com seus compromissos perante a sociedade e até mesmo de fazer novos investimentos sem precisar recorrer às fontes de financiamentos.

Conforme o (CPC 03), “as atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento”.

Já para Ribeiro (2009, p. 363), “as atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da entidade. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, pagamentos dos funcionários etc”.

O conteúdo gerado dos fluxos de caixa operacionais relativos à história traz benefícios em conjunto com outras instruções, na projeção de futuros fluxos de caixa. As atividades operacionais é a principal fonte da empresa para saber se gerou suficientes fluxos de caixa para poder fazer face aos seus compromissos.

O Sumário do pronunciamento técnico (CPC 03) argumenta que:

O montante dos fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais é o indicador-chave da extensão em que as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos (ou juros sobre o capital próprio, que no Brasil se assemelham a dividendos) e fazer novos investimentos sem recorrer as fontes de financiamentos. As informações sobre os componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos são úteis, em conjunção com outras informações, na projeção de futuros fluxos de caixa operacionais.

As atividades operacionais têm uma relação limitada dos dados do ativo e do passivo circulante, que tem uma significância as necessidades líquidas do capital de giro da entidade. Sendo uma das atividades principais que gera receita para a empresa, diferente das de investimento e de financiamento.

Para Padoveze (2004, p. 83), as atividades operacionais:

[...] é composto em sua totalidade da acumulação dos dados de recebimento e pagamento oriundos da demonstração de resultados. São os gastos e receitas das atividades de industrialização e comercialização dos produtos ou serviços da empresa. Essas atividades têm ligação estreita com

os elementos do ativo e passivo circulante, que representam as necessidades líquidas do capital de giro da empresa.

2.4.5.5 Atividades de investimentos

As atividades de investimentos estão relacionada com o realizável a longo prazo ou o ativo permanente, sendo assim as entradas sobre venda de ativos imobilizados causando aumento no caixa e as saídas sobre compra de ativos imobilizados diminuindo o caixa.

Cita Marion (2008, p. 66) que “os investimentos referem-se ao Não Circulante da empresa. Quando uma empresa compra máquinas, ações, prédios etc; reduz o caixa. Quando a empresa vende esses itens, aumenta o caixa”.

As atividades de investimento da se ao adquirir empréstimos, a aquisição de vendas de utensílios financeiros e patrimoniais em outras entidades que a empresa usa para produzir bens e serviços.

Já para Ribeiro (2009, p. 363), “as atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de Bens ou na prestação de serviços ligados ao objeto social da entidade”.

Por sua vez o FIPECAFI (2006, p. 400), as atividades de investimento:

Relacionam-se normalmente com o aumento e diminuição dos ativos de longo prazo que a empresa utiliza para produzir bens e serviços. Incluem a concessão e recebimento de empréstimos, a aquisição e venda de instrumentos financeiros e patrimoniais de outras entidades e a aquisição e alienação de imobilizado.

As atividades de investimento se baseiam no aumento de ativos, quando a empresa vende um ativo proporcionalmente entra dinheiro no caixa e quando a empresa compra um ativo automaticamente diminui o dinheiro do caixa.

2.4.5.6 Atividades de financiamento

As atividades de financiamento são aquelas onde a empresa utiliza capital de terceiros, causando alterações na quantidade e na composição do capital próprio.

Reis (2009, p. 162) diz que “as atividades de financiamentos correspondem às operações de captação de recursos próprios e de recursos alheios, bem como sua amortização e remuneração”.

Por sua vez Salienta Ribeiro (2009, p. 363), que “as atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de Lucros ou Dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração”.

As atividades de financiamentos são as captações de recursos de terceiros que provoca transformação na quantidade e harmonização do capital próprio.

Conforme o pronunciamento técnico CPC 03, “São aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade, não classificadas como atividade operacional”.

As atividades de financiamento causam endividamento para a empresa e provoca alteração no tamanho e na composição do capital próprio.

2.4.6 Apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é apresentada de duas maneiras, pelo método direto, conforme Anexo A, pelo método indireto, representado pelo Anexo B, sendo que a diferença básica entre os dois métodos consta na apresentação das atividades operacionais.

Pelo método direto evidencia as entradas e as saídas, mostrando toda a movimentação dos recursos financeiros da empresa, facilitando assim para a tomada de decisões aos seus usuários.

Pelo método indireto evidencia a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações.

A DFC quando é apresentada pelo método direto, possibilita um conhecimento mais abrangente da empresa quanto a sua condição de honrar com suas obrigações, sendo ainda que neste método os componentes dos fluxos são evidenciados pelo valor bruto, já para os regulamentos que tem maior significância

das entradas e saídas não são pelo valor bruto, estes são representados pelas entradas e saídas que decorreu das atividades operacionais. Pelo método direto é possível ter compreensão dos fluxos financeiros.

Silva (2007, p. 49 e 50) nos coloca que:

A DFC apresentada pelo Método Direto facilita a visualização e a compreensão do fluxo financeiro, demonstrando os recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, possibilitando a avaliação do comportamento do seu nível de solvência. Neste método são apresentados os componentes dos fluxos por seus valores brutos, ao menos para os itens mais significativos dos recebimentos e dos pagamentos.

Independentemente de qual operação que ocorreu, se foi antes ou depois, utilizando o método direto, estará sendo relacionado com o regime de caixa, que procura apresentar todas as entradas e saídas que ocorreram num determinado período.

Reis (2009, p. 165) argumenta que:

O formato direto esta baseado no regime de caixa, ou seja, procura apresentar todos os pagamentos e recebimentos ocorridos no período considerado, independentemente de se referirem a operações apropriáveis ao resultado de períodos anteriores ou posteriores.

A maioria das entidades obrigadas a apresentar a DFC prefere utilizar o método indireto, pelo motivo do caixa gerado pelas atividades operacionais ser uma seqüência da DOAR, no caso de se ter o CCL gerados das operações e por já terem costume na elaboração da DOAR e além de possibilitar maior automação em sua elaboração.

De acordo com o FIPECAFI (2006, p. 403):

O método de obtenção indireta do caixa gerado pelas atividades operacionais é uma continuação da seqüência utilizada na DOAR para se obter o capital circulante gerado pelas operações. Por isso, a grande maioria das empresas de países com DFC obrigatória prefere utilizar o método indireto, em razão do costume anteriormente adquirido ao elaborar a DOAR, além de ser esse método bem mais fácil de ser automatizado e informatizado.

Já para Ribeiro (2009, p. 424) Diz que pelo método indireto:

[...] também denominado Método da Reconciliação, os recursos derivados das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido do

exercício, ajustado pela adição das despesas e exclusão das receitas consideradas na apuração do resultado e que não afetaram o caixa da empresa, isto é, que não representaram saídas ou entradas de dinheiro, bem como pela exclusão das receitas realizadas no exercício e recebidas no exercício anterior e pela adição das receitas recebidas antecipadamente que não foram consideradas na apuração do resultado, porém interferiram no caixa da empresa. Excluem-se, também do resultado, os resultados obtidos nas transações de bens do Ativo Permanente, uma vez que as baixas referentes a esses bens devem ser indicadas pelos valores brutos entre as atividades de investimentos.

No caso do método direto esta relacionado com as demonstrações de fluxo de caixa, e já pelo método indireto esta relacionada com a DOAR.

Hernandes Perez Junior (2005, p. 244) diz que a obtenção pelo método indireto: “[...] mantém alguma semelhança com a nossa conhecida DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos -, enquanto o Método Direto se assemelha mais a demonstrações tradicionais de fluxo de caixa”.

A forma de apresentação dos dois métodos a respeito das transações originadas em atividades de investimento ou financiamentos, não apresenta diferença na demonstração do fluxo de caixa, pois o objetivo da demonstração do fluxo de caixa é evidenciar as entradas e as saídas dos recursos financeiros da empresa.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo abordar-se-à os conceitos e definições da metodologia utilizada para a execução desta pesquisa.

Conforme Minayo, Deslandes e Gomes (2007, p. 14) Diz:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a Prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Outro aspecto importante a ressaltar é a caracterização desta pesquisa, a qual possui uma abordagem qualitativa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A atual pesquisa tem abordagem qualitativa, caracterizando-se como pesquisa descritiva, pretendendo demonstrar a aplicação da evolução do aparato legal a partir uma revisão da bibliografia referente ao tema, buscando identificar as principais alterações resultantes da substituição da DOAR para a DFC, após a promulgação da Lei 11.638/07.

Segundo Beuren (2003, p. 92) “[...] na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que esta sendo estudado”.

Gil (1999, p. 46) nos relata que: “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 66):

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e

demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexa. A pesquisa descritiva desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos. Os dados, por ocorrerem em seu hábitat natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito.

3.2 SELEÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Considerando que pretendeu-se identificar as alterações da substituição da DOAR pela DFC, foram levantados os conceitos da DOAR e DFC e analisaram-se as alterações da lei 11.638/07, juntamente com a Resolução 469/08, aplicado a situação de uma empresa do ramo de cosméticos nos anos de 2006 e 2008.

3.3 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS

Para Cervo e Bervian (2003, p. 23) “O método concretiza-se como o conjunto de diversas etapas ou passos que devem ser dados para a realização da pesquisa. Esses passos são as técnicas”.

Para efeito deste trabalho, serão utilizadas duas técnicas de pesquisa: uma, a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo. Tais recursos se fazem necessários, para efeito de atendimento da pergunta de pesquisa, que visa compreender quais são as modificações provocadas pela substituição dos demonstrativos supra-mencionados.

Cervo e Bervian (2002, p. 65) conceitua:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Conforme Gil (2009, p. 44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase

todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

A seguir, apresenta-se de forma sucinta, cada técnica

3.3.1 Análise de Conteúdo

1. Organização de quadro comparativo entre as modificações da Lei nº 11.638/2007, aplicadas a DFC e a DOAR.
2. Analisar as modificações ocorridas na lei 11.638/07 em relação a DOAR e DFC.

3.4 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Neste estudo foi utilizada a técnica de separação do material bibliográfico relativo às demonstrações contábeis, DOAR e DFC para responder ao problema de pesquisa e após uma análise comparativa exemplificando o antes e o depois das modificações da lei 11.638/07, aplicada a empresa do setor de cosméticos Natura.

3.5. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Em seguida, ao alcançar a coleta de dados pretendida, será analisado o conteúdo de forma organizada, em sentido que possa ser feita em forma de triangulação, demonstrando os aspectos contábeis da lei nº 6.404/76 na nº 11.638/07 onde exclui a DOAR e exige a DFC, trazendo para a contabilidade gerencial, do fato contábil ao encerramento do exercício, demonstrar as obrigatórias e as facultativas, o aparato legal que sustenta as demonstrações contábeis no Brasil e sua evolução, fazer um quadro comparativo das alterações realizadas na 6.404/76 pela 11.638/07, evidenciar as mudanças oriundas da substituição da DOAR pela DFC, de forma que possa responder o problema de pesquisa proposto, tomando como exemplos as demonstrações DOAR e DFC consolidadas da empresa Natura Cosméticos nos anos de 2006 e 2008.

4 ANALISE DE DADOS

4.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) passou a ser um relatório obrigatório pela contabilidade para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) exigida pela lei Nº 11.638/07 que passou a vigorar a partir do dia 01.01.2008, devendo ser seguida conforme a direção do pronunciamento técnico CPC 03, pela qual trata da Demonstração do Fluxo de Caixa, sendo elaborada conforme as normas internacionais de contabilidade (IFRSs).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações financeiras da entidade através do caixa, tem o poder de prevenir eventuais excessos ou falta de disponibilidades, sendo de suma importância, pois a DFC principalmente quando usada junto com as outras demonstrações contábeis pode permitir aos seus usuários a capacidade da entidade de gerar fluxos de caixa positivo e avaliar a situação presente e futura da entidade adequando para que não chegue à situação de falta de disponibilidades para honrar com seus compromissos.

A DFC é uma demonstração de fácil entendimento ela esta baseada no conceito de disponibilidades imediatas, que segue o regime de caixa recebimentos (entradas) e pagamentos (saídas) sendo assim preferida pelos usuários por evidenciar uma linguagem simples e objetiva.

Exemplificando observa-se o anexo “E” DFC/2008 que passou a ser obrigatória a sua elaboração como demonstrada no anexo, que a mesma propicia informações concretas, se houve ou haverá dinheiro, a quantia que se deve adquirir de empréstimos, a DFC por sua vez tem característica de curto prazo e sendo útil para os usuários internos.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR)

Antes da promulgação da lei 11.638/07 a DOAR era uma demonstração obrigatória para todas as companhias abertas bem como para as companhias fechadas consideradas de grande porte, conforme exposto na lei 6.404/76, em seu artigo 176, inciso IV, sendo estas alteradas a partir do dia 01.01.08 por força da lei 11.638/07 que exclui a DOAR e a substitui pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), contudo este último demonstrativo já era publicado, embora não fosse obrigatório, como pode ser verificado no anexo “D” DFC/2006.

A DOAR é considerada como uma das demonstrações mais rica em termos de informações evidencia as modificações na posição financeira da empresa, ou seja, as variações ocorridas no Capital Circulante Líquido (CCL) dentro do regime de competência expondo a disponibilidade de médio prazo da empresa durante o exercício social, fornecendo dados que não constam em nenhuma outra demonstração.

Apesar disto a DOAR é uma demonstração financeira de difícil entendimento em relação ao conceito contido no CCL que apresenta na lei 6.404/76, que vem sendo criticada quanto sua classificação de ativos e passivos em circulantes e não-circulantes quando que para se obter o CCL é feita a diferença dos grupos circulantes, outro aspecto é o lucro líquido que retrata uma das principais fontes de recursos operacionais e que seria acompanhado de ajustes de receitas e despesas, para exibir as origens de recursos que afetam o CCL, como se observa no anexo “C” DOAR/2006.

4.3 LEI Nº 11.638/07 E A RESOLUÇÃO CVM 469/08

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), instrução CVM nº 469/08, trata da implementação da lei nº 11.638/07 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 em especial em seu art. 176, inciso IV onde exclui a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e inclui a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Estas alterações provocadas na legislação societária é proposta pelo projeto lei 3.741/00 que veio com o objetivo de harmonizar as normas contábeis com

as normas internacionais de contabilidade, a CVM tem a finalidade de expedir normas para as companhias abertas conforme os padrões internacionais.

A lei 11.638/07, ao facultar esta convergência internacional irá consentir no futuro, o custo simplificado e uma taxa de riscos menor para o acesso das entidades brasileiras de capitais externos, as vantagens de toda essa normatização das normas brasileiras internacionais, já são sabido por todos, em meio a essas alterações que vem sendo provocada, tem uma finalidade em comum, abrir as portas do mercado brasileiro para os investidores estrangeiros, fornecendo a eles mais garantia e menores riscos, pelo que se da para perceber é que estamos entrando numa globalização contábil.

A lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 que altera e revoga os dispositivos da lei 6.404/76, passa a vigorar em seu art. 176 inciso IV sobre a demonstração do fluxo de caixa (DFC), onde antes do advento tratava da demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) que agora passou a ser extinta, no art. 188 trata da demonstração referida no inciso IV do caput do art. 176 desta lei que indicará em seu inciso I – demonstração dos fluxos de caixa, as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos, a) das operações; b) dos financiamentos e c) dos investimentos.

Na DFC do ano de 2008, conforme anexo “E” o fluxo das operações corresponde às atividades operacionais da empresa, como visto apresenta os recebimentos de vendas de mercadorias ou prestações de serviços, os pagamentos dos impostos decorrentes de vendas, dos salários, de fornecedores e outras despesas operacionais. O fluxo das atividades de investimento apresenta os gastos referidos às aquisições de ativos e imobilizados, onde são empregados na criação de bens e serviços, investimentos em outras companhia, como também os recebimentos de bens ou direitos desses ativos, sendo demonstrado ainda os gastos referidos com à concessão de empréstimos a terceiros e também os recebimentos na amortização desses empréstimos. O fluxo das atividades de financiamentos apresenta os empréstimos e financiamentos recolhidos pela entidade, introduzindo o recebimento dos empréstimos e dos gastos crescido nas amortizações das referidas obrigações, introduz também os dividendos pagos aos acionistas, os recursos recebidos dos sócios como, por exemplo, a integralização de capital.

4.4 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA DOAR E DFC.

A desigualdade fundamental entre as duas demonstrações trata do fato da DOAR ser elaborada conforme no conceito do Capital Circulante Líquido, interiormente ao regime de competência, evidenciando as disponibilidades de médio e longo prazo e a DFC é elaborada conforme o conceito de disponibilidades (caixa), interiormente ao regime de caixa (entradas e saídas) evidenciando as disponibilidades de curto prazo. Os dois demonstrativos DOAR e DFC são analisados individualmente, portanto faz-se necessário evidenciar as suas vantagens e desvantagens.

Para tal, procede-se a uma análise comparativa nos demonstrativos DOAR e DFC da empresa de cosméticos Natura nos anos de 2006 e 2008.

4.4.1 Vantagens da DOAR

- Proporciona visualizar a compatibilidade entre a posição financeira e a distribuição de lucros;
- Conhecimento da política de inversões permanentes da empresa e fontes dos recursos correspondentes;
- Constata-se como a empresa esta se mantendo, se diminuindo ou aumentando seu capital circulante líquido;
- Instrumento útil para análise gerencial;
- Proporciona melhor planejamento de longo prazo;
- É uma demonstração mais abrangente do que o fluxo de caixa, retrata as mutações de forma geral;
- Proporciona informações que não constam em outras demonstrações.

4.4.2 Desvantagens da DOAR.

- É de difícil entendimento por parte de seus usuários sem conhecimento contábil, principalmente por evidenciar um conceito abstrato de capital circulante líquido ou de folga financeira de curto prazo;

- Não é fundamentalmente financeira, pois considera somente os ativos monetários.
- Não permite prever os problemas referentes ao caixa;
- Exibe as modificações dentro do CCL de maneira residual;
- Vista como insatisfatória para as necessidades de informação de alguns analistas financeiros;
- É dependente do conceito do circulante, isto pode prejudicar sua capacidade analítica.

4.4.3 Vantagens da DFC.

- É mais fácil de ser compreendida por visualizar melhor o fluxo dos recursos financeiros;
- Proporciona o reconhecimento de problemas com falta de insolvência, e, portanto avaliar o risco e a capacidade de remuneração do capital investido;
- Usa um conceito mais determinado, critico em qualquer empresa e indispensável no curto prazo;
- Isenta dos procedimentos de rateio arbitrários usuais;
- O conceito restrito usado na DFC é visto tecnicamente mais fácil para fazer uma previsão de inadimplências.

4.4.4 Desvantagens da DFC.

- Quando averiguado o caixa individualmente, poderão ocorrer problemas na análise;
- Menos capacidade de informações do que a DOAR;
- A utilização do método indireto se assemelha com a DOAR, pelo fato de parecer com a DOAR, há uma grande possibilidade da utilização deste método, isto pode comprometer o entendimento dos usuários, pois se o objetivo da DFC é possibilitar aos seus usuários melhor entendimento, não há motivos para utilizar essa demonstração pelo método indireto;
- Poderão ocorrer erros na ordenação de determinado evento conforme a lei.

4.5 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS DA DOAR E DFC.

Em meio a essas mudanças que vem sendo provocada pela lei 11.638/07, há muitas discussões quanto à melhoria das demonstrações, sendo uma delas a substituição da DOAR pela DFC havendo ainda divergências por meio de muitos autores em relação à exclusão da DOAR, apesar de ser reconhecido que a adoção da DFC é muito mais fácil de ser divulgada e compreendida do que a DOAR. Em relação a DOAR, as principais diferenças averiguadas em relação à DFC esta em primeiro lugar na ampla informação contidas na relação da estrutura financeira de curto prazo, portanto faz-se necessário estudar qual das duas demonstrações é mais oportuna para a obtenção da liquidez e a solvência da transação, para isso serão apresentadas as suas diferenças e semelhanças e também um quadro comparativo.

Diferenças	Semelhanças
A DOAR mostra seus recursos através das origens e aplicações de recursos, já a DFC mostra através de divisão de grupos de atividades, investimentos; financiamentos e operacionais	As duas viabiliza as variações na posição financeira da empresa dentro de um determinado período.
O conceito da DOAR esta baseado no Capital Circulante Líquido (CCL) e o conceito da DFC esta baseado no caixa e equivalentes de caixa.	Ambas quando elaborada pelo método indireto, usam o lucro líquido como ponto inicial.
A DOAR usa o conceito amplo de fundos (CCL), para analisar a situação financeira da empresa e a DFC análise com base no conceito restrito de caixa.	Tanto a DOAR quanto a DFC possibilita fazer previsões de lucros e fluxos de caixa futuros.
A diferença entre os dois demonstrativos DOAR e DFC é abstrata e o ativo circulante e o passivo circulante é concreto.	As duas possibilita analisar a solvência e a liquidez da entidade.
A DOAR tem como base o regime de competência e a DFC o conhecido	Não há

regime de caixa.	
------------------	--

Quadro 3: Comparativo DOAR x DFC
 Fonte: Criado pela autora

Em se tratando das diferenças, quanto à apresentação da DOAR e da DFC, é que a DOAR mostra seus recursos através das origens e aplicações de recursos e a DFC divide em grupos de atividades, operacionais, investimentos e financiamentos, a diferença está tão somente nas atividades operacionais, as atividades de investimentos e financiamentos geralmente são em dinheiro (entradas) e as duas demonstrações a compõem.

Quanto ao conceito da DOAR, por tratar do capital circulante líquido, não é essencialmente financeira por trazer um todo o ativo circulante, incluindo os monetários e os não-monetários, já a DFC traz o conceito no caixa e equivalentes de caixa sendo essencialmente financeira por tratar tão somente das disponibilidades.

A DOAR para analisar a situação financeira da empresa ela utiliza o conceito amplo de fundos (CCL) e a DFC o conceito restrito de caixa, sendo assim a DOAR tem mais poder de prognosticar do que a DFC, das quais as análises são retornadas para o curto prazo.

Pelo fato da diferença dos dois demonstrativos DOAR e DFC serem abstratas e ativo circulante e o passivo circulante serem concretos, não se devem prender diretamente as fontes de curto prazo (passivo) e os investimentos de curto prazo (ativo).

A DFC tem como base o regime de caixa, que tem mais capacidade de prever uma possível falência de empresas, ao contrário da DOAR que tem como base o regime de competência e que trata dos mesmos indicadores com respeito ao CCL.

No que diz respeito às semelhanças, a DOAR e a DFC apresentam enfoques e bases próprias, mas as duas viabiliza as variações na posição financeira da empresa dentro de um determinado período, sendo que a DOAR apresenta através das variações do CCL e a DFC através do caixa.

Quando se apresenta a DFC pelo método indireto, acaba sendo semelhante com a DOAR, não sendo recomendável já que a DFC propõe ser mais fácil de ser

compreendida, diferente da DOAR que apresenta um conceito de difícil entendimento.

Tanto a DOAR quanto a DFC possibilita fazer previsões de lucros e fluxos de caixa futuros, que são geralmente feitos e repetidos por aqueles usuários interessados em fazer uma análise alicerça da empresa.

Como já citado a DOAR e a DFC apresentam enfoques e bases próprias, mas as duas possibilita analisar a solvência e a liquidez da entidade, sendo essencial para a análise de risco de crédito.

CONCLUSÃO

Com o advento da lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, provocou grandes alterações à lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), sendo uma das principais alterações provocadas pela lei a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), essas alterações trazidas pela lei veio com o objetivo de harmonizar as normas contábeis com as normas internacionais de contabilidade.

O presente estudo procurou buscar quais foram às alterações resultantes da substituição da DOAR pela DFC, para isto foram evidenciadas suas vantagens e desvantagens, diferenças e semelhanças, recorrendo os conceitos e objetivos de cada uma para atender ao problema de pesquisa.

Analisou-se que tanto a DOAR quanto a DFC, apresentaram informações sobre a situação financeira da empresa, mas, portanto de modo diferenciado, a DOAR é elaborada com base no conceito do capital circulante líquido dentro do regime de competência, voltada para a análises de médio e longo prazo, tendo maior poder preditivo, a DFC é elaborada com base no conceito de caixa e equivalentes de caixa dentro do regime de caixa, voltada à situação de liquidez e solvência, sendo mais objetiva.

A DOAR é considerada como uma demonstração muito rica em termos de informações, sendo esta que não consta em nenhuma outra demonstração, apesar disto ela é de difícil entendimento, neste caso a DFC é uma demonstração mais fácil de ser compreendida, principalmente para os usuários com pouco conhecimento da contabilidade.

Diante das diversas discordâncias de alguns autores, não se tem uma definição de qual demonstração é mais viável a ser utilizada, sabe-se que as duas demonstrações são de suma importância para seus usuários, pois a DOAR proporciona informações imprescindíveis aos seus usuários que a conhece e consegue interpreta-la, a DFC por sua transparência de interpretação, aperfeiçoa a comunicação da contabilidade com seus usuários.

A DOAR usa o conceito de Capital Circulante Líquido (CCL), que não é fácil de ser interpretado pelos seus usuários, esse é um dos pontos de desvantagens da DOAR, um dos pontos de desvantagens da DFC é que pode ocorrer dela não exibir a realidade, como por exemplo, esconder atrasos de pagamentos e poder vir a infringir os princípios fundamentais de contabilidade.

Por fim, tem se em vista que tanto a DOAR quanto a DFC tem papéis fundamentais e importantes, que ambas atendem grupos diferentes de usuários. O mais viável seria a utilização desses dois demonstrativos em conjunto, pois utilizando juntos poderá contribuir para favorecer possibilidades melhores de análise da capacidade de prover recursos, direção dos ativos e passivos e em especial a contabilidade, honrando com seu papel de bem informar e sendo mais viável e eficiente para o processo decisório, visto que a DFC chegou para ficar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante – **Contabilidade intermediária**: de acordo com as novas exigências do MEC para o curso de “Ciências Contábeis”; textos, exemplos e exercícios resolvidos – 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ASSAF NETO, Alexandre - **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro – 8 ed. – 2 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

BEUREN, Ilse Maria – **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: Tória e pratica. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2003.

CALAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria – **Um estudo sobre a influência de Accruals na correlação entre o lucro contábil e a variação do capital circulante líquido de empresas** – Revista de Administração contemporânea, rev. Adm. Contemp. Vol. 10 no. 2 Curitiba Apr. June 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552006000200006&script=sci_arttext&lng=en> Acesso em 20 de out. 2010.

CARDOSO, Ricardo Lopes; SARAIVA, Enrique; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA, Marcelo Adriano – **Regulação da Contabilidade**: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. – Rev. Adm. Pública vol. 43 no. 4 Rio de Janeiro July/oug. 2009. – Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-6122009000400003&script=sci_arttext> Acesso em 27 de out. de 2010.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. – **Metodologia científica** – 5 ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2003.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. – **Metodologia Científica** – 5 ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2002.

CFC – **Conselho Federal de Contabilidade** – Disponível em:<http://www.cfc.org.br/uparq/NBCT3.8DemFluxoCaixa_AudienciaPublica.pdf> Acesso em 09 de out. de 2010.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Disponível em:<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_03_R1.pdf> pronunciamento Acessado em: 05 de mar de 2010.

Conselho Regional de contabilidade de Santa Catarina – **Demonstrações Contábeis: Aspectos Práticos e conceitos técnicos/ Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina**. Florianópolis: CRCSC, 2004. Disponível em: <http://www.crcsc.org.br/comunicacao/publicacoes/demonstracoes_contabeis.pdf> Acesso em 28 de ago. de 2010 as 16:49 horas.

CRC – Conselho Regional de Contabilidade – **Instrução CVM nº 469, de 02 de maio de 2008** – Disponível em:<<http://www.crc-ce.org.br/crcnovo/files/IN%20CVM%20469-08.pdf>>Acesso em 05 de set. 2010 as 18:27 horas.

COSIF - Disponível em:<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=regcompe>> Acesso em 08 de out. 2010

CPC – **Comitê de Pronunciamentos Técnico** – Disponível em:<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>Acesso em 22 de out. de 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Revista e atualizada. Petrópolis,RJ: Vozes,2007.

DJI – **Índice Fundamental do Direito** – Disponível em: <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1976-006404-sa/sa186.htm>Acesso em 11 de set. 2010.

FRANCO, Hilário - **Contabilidade Geral** – 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 21

FRANCO, Hilário – **Contabilidade geral** – 23 ed. – 4. Reimpr. – São Paulo. Atlas. 2006, p. 19

GIL, Antonio Carlos – **Métodos e técnicas de pesquisa social** – 5 ed. São Paulo. Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos – **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** – 4 ed. – 12 reimpr. – São Paulo. Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos – **Como elaborar projetos de pesquisa** – 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERNANDES PEREZ JUNIOR, José – **Conversão de demonstrações contábeis** – 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HOJI, Masakazu – **Administração financeira e orçamentária** – 7 ed. Atlas – Disponível em: <http://www.fibbauru.br/files/aula%202_0.pdf> Acesso em 30 de set. 2010.

IBRACON NPC nº 27 Demonstrações Contábeis – **Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações**. Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>>Acesso em 28 de ago. de 2010 as 16:23 horas.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos – **Introdução á teoria da contabilidade** - para nível de graduação – 4 ed. São Paulo: Atlas. 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de – **Introdução á teoria da contabilidade**: para o nível de graduação - 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos – **Contabilidade comercial** – atualizado conforme o novo Código Civil – 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens – **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 5 ed. São Paulo: Atlas 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. – 6 ed. Ver. e atual. – 7. reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.

KRUG, Daniel Augusto - **As principais mudanças da lei 11.638/07 e as normas internacionais de contabilidade – um estudo de caso em uma sociedade anônima**. Disponível em:<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/288/20080810231418.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria – **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográficas, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos – 4 ed. São Paulo. Atlas, 1992.

MARION, José Carlos – **Contabilidade Básica** – 6 ed. São Paulo. Atlas. 1998, p. 24

MARTINS, Lílian – **Fluxo de Caixa – seminário de assuntos contábeis de Pelotas**- Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/palestras/160710_seminario_fluxocaixa.pdf> Acesso em 24 de ago. de 2010.

MARTINS, Alex Sandro Rodrigues; MARTINS, Luciana Cabrera; QUINTANA, Alexandre Costa – artigos revista CRCRS nº 10 mar 2009 - **Demonstração dos fluxos de caixa no contexto internacional** – Disponível em:<http://www.crcrs.org.br/revistaeletronica/artigos/10_alex_alexandre_luciana.pdf> Acesso em: 19 de jun 2010.

MARION, José Carlos – **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial – 3 ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas. 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine – **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial – 6 ed. – 7 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

Natura – **Relatórios anuais Natura 2008** – 2008. Disponível em:<http://www2.natura.net/Web/Br/relatorios_anuais/_PDF/Demonstracoes_Financeiras.pdf>Acesso em 17 de Nov. de 2010.

Natura – **Relatórios anuais Natura 2006** – 2006. Disponível em:<http://www2.natura.net/Web/Br/ForYou/resp_corporativa_2006/ra/index.asp>Acesso em 17 de Nov. de 2010.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de - **Amostragem não Probabilística**: Adequação de Situações para uso e limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas - 2001 - Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>Acessado em: 06 de jul de 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís – **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistemas de informação contábil – 4 ed. São

PADOVEZE, Clóvis Luís – **Manual de contabilidade básica**: uma introdução à prática contábil – 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Portal de Contabilidade – Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/regcompetencia.htm>> Acesso em 08 de out. de 2010.

Portal de Contabilidade Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc20.htm>> Acesso em 09 de out. de 2010.

Portal de Contabilidade - Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ademonstracaodosfluxos.htm> > Acesso em 10 de out. de 2010.

Portal de Contabilidade – Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstorigaplirecursos.htm> >Acesso em 12 de out. de 2010.

Portal do Administrador – Disponível em:<<http://www.portaladm.adm.br/CI/CI9.htm>>Acesso em 17 de out. de 2010.

Portal de contabilidade – Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracaodovalor.htm>> Acesso em 22 de out. de 2010.

Portal de contabilidade – Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t36.htm>> Acesso em 22 de out. de 2010.

RIBEIRO, Osni Moura – **Contabilidade geral fácil** – 5 ed. Ampl. e atual. São Paulo: Saraiva 2009

RIBEIRO, Osni Moura – **Contabilidade básica fácil** – 26 ed. São Paulo: saraiva 2009.

RIBEIRO, Osni Moura – **Contabilidade Avançada** – São Paulo. Saraiva 2005.

RUDIO, Franz Victor – **Introdução ao projeto de pesquisa científica** – 33 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende – **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise** – 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, Fortunée Rechtman; SZUSTER, Fernanda Rechtman; SZUSTER, Flávia Rechtman – **Contabilidade Geral: introdução à contabilidade societária** – 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 17

SILVA, Guilherme Júlio da; NASCIMENTO, Vanessa Marcela - **Revista contemporânea de contabilidade ano 02 vol. 01 2005 - Uma análise comparativa entre a demonstração das origens e aplicação de recursos, a demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado** – Disponível em: http://www.rcc.ufsc.br/edicao3/documentos/artigo_4.pdf Acesso em: 07 de jul. de 2010.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da – **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade** – 1 ed. São Paulo. Atlas, 2003.

SILVA, Alexandre Alcantara da – **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis** – ed. São Paulo. Atlas.2007.

SILVANO, Gilberto prado; SILVA, Rosangela Cristina Barreto; SOLA, Janete Aparecida dos Santos - **O orçamento e a DFC como instrumentos de planejamento estratégico e controle financeiro das organizações** - Londrina 2008 – Disponível em:<http://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_5_1247866052.pdf> Acesso em 24 de ago. de 2010.

Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 03 Disponível em:<http://www.cpc.org.br/pdf/Sumario_CPC_03.pdf> Acessado em: 05 de mar de 2010.

VASCONCELOS, Emerson Hochsteiner de; SILVEIRA, Amélia; CUNHA, Paulo Roberto da; SILVA, Tarcisio Pedro da – **O método direto na demonstração do fluxo de caixa nas grandes indústrias têxteis do vale do Itajaí, SC, Brasil** – Santa Catarina 2007 - Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos/72007/426.pdf>> Acesso em 05 de set. 2010 as 22:15 horas.

ZDANOWICZ, José Eduardo – **Fluxo de caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiro – 10 ed. Porto Alegre. Luzatto, 2004.

ANEXOS

Conforme anexo “A” pelo método Direto.

Fluxos de caixa originados de:	Atividades operacionais
Valores recebidos de clientes	X
Valores pagos a fornecedores e empregados	(X)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(X)
Pagamentos de contingências	(X)
Recebimentos por reembolso de seguros	X
Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Outros recebimentos (pagamentos) líquido	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	X
	Atividades de investimentos
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X
Juros recebidos de contratos de mútuos	X

Atividades de investimentos	X
	Atividades de financiamentos

Integralização de capital	X
Pagamento de lucros e dividendos	(X)
Juros recebidos e empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicações nas) atividades de financiamentos	X

Aumento (redução) nas disponibilidades	X
Disponibilidades – no início do período	X
Disponibilidades – no final do período	X
= =	

Fonte: Portal de contabilidade

Conforme anexo “B” pelo método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Resultado do exercício/período	X
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	X
Resultado na venda de ativos permanentes	X
Equivalência patrimonial	(X)
Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Variações nos ativos e passivos	

(aumento) redução em contas a receber	X
(aumento) redução nos estoques	X
Aumento (redução) em fornecedores	X
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	X
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	X
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicações nas) atividades de investimentos	X
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	X
Pagamento de lucros e dividendos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X

Aumento (redução) nas disponibilidades	X
No início do período	X
No final do período	X
= = =	

Fonte: Portal de contabilidade

Conforme anexo "C" DOAR no ano de 2006.

Origens e Aplicações de Recursos

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005

(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
ORIGEM DE RECURSOS				
DAS OPERAÇÕES:				
Lucro líquido do exercício	469.326	397.357	460.773	396.881
Itens que não afetam o capital circulante:				
Depreciações e amortizações	6.966	4.989	54.601	44.035
Variações monetárias e cambiais, líquidas, dos itens não circulantes, exceto as referentes aos riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(506)	3.130	(73)	4.087
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, inclui variações monetárias sobre as provisões	8.547	14.074	12.998	31.040
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.012)	(5.056)	(6.485)	(8.023)
Resultado da equivalência patrimonial	(28.229)	6.741	-	-
Valor do resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	2.141	559	3.881	3.056
Participação dos minoritários	-	-	(4)	1
	455.233	421.794	525.691	471.077
DE ACIONISTAS:				
Aumento de capital pela subscrição de ações	3.100	-	3.100	-
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	8.581	4.887	8.581	4.887
Amortização de valores a receber de acionistas	2.272	2.288	2.272	2.288
DE TERCEIROS:				
Reclassificação de impostos recuperáveis do ativo imobilizado para o ativo circulante e não circulante	-	-	10.536	-

Aumento do passivo não circulante	830	25.007	31.570	119.016
Subvenções para investimentos	3.872	717	3.872	717

TOTAL DAS ORIGENS **473.888** **454.693** **585.622** **597.985**

APLICAÇÕES DE RECURSOS

Adições de imobilizado e intangível	21.165	9.991	193.596	111.636
Adições aos investimentos	163.423	149.425	-	-
Aumento do ativo não circulante (realizável a longo prazo)	1.925	1.639	14.232	7.291
Redução do passivo não circulante	1.274	-	29.119	-
Transferência do passivo não circulante para o circulante	44.348	-	20.740	78.783
Dividendos propostos e distribuídos	325.866	285.237	325.866	285.237
Juros sobre o capital próprio propostos e distribuídos	33.569	34.205	33.569	34.205

TOTAL DAS APLICAÇÕES **591.570** **480.497** **617.122** **517.152**

(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO **(117.682)** **(25.804)** **(31.500)** **80.833**

VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO REPRESENTADAS POR

(Redução) Aumento no ativo circulante	(49.602)	168.867	65.714	268.425
Aumento no passivo circulante	68.080	194.671	97.214	187.592

(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO **(117.682)** **(25.804)** **(31.500)** **80.833**

Fonte: Natura 2006.

Conforme anexo "D" DFC no ano de 2006.

Fluxo de Caixa

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005

(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	469.326	397.357	460.773	396.881
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	6.966	4.989	54.601	44.035
Variações monetárias e cambiais, líquidas, dos itens não correntes, exceto de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.339	7.800	14.529	6.312
Provisão decorrente dos contratos de "swap" e "forward"	1.585	1.231	4.022	12.064
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, inclui variações monetárias sobre as provisões	8.547	14.074	12.998	31.040
Provisão para perdas na realização dos estoques	146	-	1.626	1.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.468)	(9.262)	(12.964)	(12.150)
Valor do resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	736	(204)	2.476	2.242
Resultado equivalência patrimonial	(28.229)	6.741	-	-
Participação dos minoritários	=	=	(4)	1
	461.948	422.726	538.057	482.368

(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS

Circulante:

Contas a receber	(53.493)	(66.235)	(57.904)	(66.198)
Estoques	(27.970)	800	(86.410)	(32.289)
Outros ativos	(2.528)	(7.750)	(2.317)	7.152
Não circulante (realizável a longo prazo):				
Depósitos judiciais	(1.467)	(888)	(29.369)	(2.688)
Impostos a recuperar	(558)	(556)	(8.019)	(5.726)
Outros ativos	(1.051)	(4.252)	(2.575)	4.111
Subtotal	(87.067)	(78.881)	(186.594)	(95.638)

AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS

Circulante:

Fornecedores	49.383	42.816	54.736	41.849
Salários, participações no lucro e encargos sociais, líquidos	3.376	2.574	15.545	9.125
Obrigações tributárias, líquidas	3.944	25.261	(4.366)	19.794
Outros passivos	4.054	12.799	6.233	9.589
Não circulante:				
Outros passivos	1.414	(556)	8.491	(4.380)
Subtotal	62.171	82.894	80.639	75.977
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	437.052	426.739	432.102	462.707

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Adições de imobilizado e intangível	(21.165)	(9.991)	(193.596)	(111.636)
Investimentos	(163.423)	(149.425)	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(184.588)	(159.416)	(193.596)	(111.636)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Redução - empréstimos e financiamentos de curto prazo	(52.207)	(12.907)	(116.005)	(75.104)
Captações - empréstimos e financiamentos de longo prazo	-	65.342	111.322	120.366
Pagamentos de contratos de "swap" e "forward"	(2.295)	(3.072)	(4.540)	(15.499)
Pagamento de dividendos	(307.123)	(203.812)	(307.123)	(203.812)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(51.268)	(30.129)	(51.268)	(30.129)
Aumento de capital	3.100	-	3.100	-
Subvenções para investimentos	3.872	717	3.872	717
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	8.581	4.929	8.581	4.929
Amortização de valores a receber de acionistas	2.272	2.288	2.272	2.288
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(395.068)	(176.644)	(349.789)	(196.244)

(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	(142.604)	90.679	(111.283)	154.827
Saldo inicial do caixa	275.966	185.287	386.439	231.612
Saldo final do caixa	<u>133.362</u>	<u>275.966</u>	<u>275.156</u>	<u>386.439</u>
VARIAÇÃO NO CAIXA	(142.604)	90.679	(111.283)	154.827

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA

Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	112.978	103.859	143.276	111.605
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	4.073	2.484	9.902	6.645

Fonte: Natura 2006.

Conforme anexo "E" DFC no ano 2008.

Demonstrações do Fluxo de Caixa**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

(Em milhares de reais – R\$)

		2008	2007	2008	2007
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		525.781	460.070	518.111	465.409
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12	9.564	8.523	89.608	76.347
Variações monetárias e cambiais, líquidas, dos itens não correntes, exceto de riscos tributários, cíveis e trabalhistas		32.544	(5.829)	46.217	(15.909)
Provisão decorrente dos contratos de "swap" e "forward"	22	(35.393)	22.935	(94.014)	25.281
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – inclui variações monetárias sobre as provisões	16	17.539	(18.770)	(5.633)	(4.776)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9a	(17.843)	(3.900)	(33.582)	(22.938)
Valor do resultado na venda de ativo e intangível		7.589	819	7.729	8.190
Resultado de equivalência patrimonial	II	9.125	3.412	-	-
Juros sobre empréstimos		5.178	3.027	30.363	23.586
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		2.055	3.405	5.088	7.399
Outros ajustes ao lucro - inclui provisão para perdas nos estoques		3.320	998	1.506	9.630
participação dos minoritários		-	-	-	(3)
(Aumento) redução dos ativos:		559.459	474.690	576.659	572.216
Circulante: Contas a receber		83.673	(155.913)	65.127	(164.112)
Estoques		(31.054)	(1.585)	(84.059)	(28.107)
Outros		(28.537)	(8.482)	(26.110)	(5.527)
Não circulante (realizável a longo prazo):					
Depósitos judiciais		(16.821)	(67.792)	(15.276)	(68.144)
Impostos a recuperar		(5.151)	(380)	1.461	(1.303)
Outros		764	1.443	2.465	878
Aumento (redução) dos passivos:		2.874	(232.709)	(56.392)	(266.315)
Circulante: Fornecedores		113.477	(22.149)	9.029	(31.141)
Salários, participações no lucro e encargos sociais, líquidos		17.399	22	35.364	(1.141)
Obrigações tributárias, líquidas		(44.540)	51.176	59.291	64.049
Pagamento de contingências		(1.012)	(424)	(1.094)	(442)
Outros		11.647	4.037	17.784	(551)
Não circulante					
Outros		1.621	2.181	2.532	2.994
		98.592	34.843	122.906	33.768
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		660.925	276.824	643.173	339.669
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Adições de imobilizado e intangível	12	(25.428)	(16.402)	(102.678)	(124.131)
Investimentos	II	(139.646)	(64.495)	-	-
Recebimento de dividendos de controladas		34.800	-	-	-
Outros investimentos		-	-	-	630
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(130.274)	(80.597)	(102.678)	(123.501)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal		(380.800)	(393.964)	(556.421)	(570.267)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros		(2.590)	(1.824)	(18.053)	(14.241)
Captações - empréstimos e financiamentos		283.485	596.596	429.392	913.537
Pagamentos de contratos de "swap" e "forward"	22	(4.847)	(21.133)	9.376	(21.790)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	19b	(425.898)	(391.052)	(425.898)	(391.052)
Aumento de capital	19a	805	2.817	805	2.817
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria		(21.124)	(22.701)	(21.124)	(22.701)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	19c	2.620	7.451	2.620	7.451
Amortização de valores a receber de acionistas		-	92	-	92
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(548.709)	(223.718)	(579.303)	(96.154)
Efeitos de variação cambial sobre as disponibilidades		-	-	(16.087)	(10.222)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES		(18.058)	(27.791)	(54.895)	(130.236)

Saldo inicial das disponibilidades	105.571	133.362	405.392	275.156
Saldo final das disponibilidades	87.513	105.571	350.497	405.392
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	<u>(18.058)</u>	<u>(27.791)</u>	<u>(54.895)</u>	<u>(130.236)</u>
INFORMAÇÃO SIPLEMENTAR SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	179.044	122.010	232.708	156.527

Fonte: Natura 2008